

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
CURSO DE PEDAGOGIA

AMANDA VITOR DOURADO

**HISTÓRIA DO COLÉGIO DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO NO  
SÉCULO XVI**

MARINGÁ  
2014

AMANDA VITOR DOURADO

**A HISTÓRIA DO COLÉGIO DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO:  
EDUCAÇÃO NO SÉCULO XVI**

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial obtenção do grau de licenciado em pedagogia.  
Orientação: Prof. Dr. Célio Juvenal Costa.

MARINGÁ  
2014

AMANDA VITOR DOURADO

**A HISTÓRIA DO COLÉGIO DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO: EDUCAÇÃO NO SÉCULO XVI**

Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia apresentado à Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para a obtenção do título de Pedagoga.

Orientador: Célio Juvenal Costa

Aprovado em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Célio Juvenal Costa**

---

**Profa. Luciana de Araújo Nascimento Guaraldo**

---

**Prof. João Paulo Pereira Coelho**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a Deus e aos meus familiares que apoiaram a todas as ações realizadas durante o período de formação acadêmica.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, e aos meus familiares que foram o refúgio para superar os momentos de dificuldades durante o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso.

É imenso o agradecimento aos professores: Ademir Quintilio Lazarini, Aline Frollini Lunardelli Lara, Amélia Kimiko Noma, César de Alencar Arnaut de Toledo, Elaine Rodrigues, Ivana Guilherme Sími, Marcília Rosa Periotto, Mário Luiz Neves de Azevedo, Marta Lúcia Croce, Natalina Francisca Mezzari Lopes, Ivana Veraldo, Terezinha Oliveira, Raymundo de Lima, Ruth Izumi Setoguti, Samilo Takara, Regina Maria Zanatta, Analete Regina Schelbauer, Aparecida Meire C. Falco, Eliane Rose Maio, Elsa Midori Shimazaki, Erica Piovam de Ulhoa, Geiva Carolina Calsa, Heloísa Toshie Irie Saito, Leonor Dias Paini, Maria Angélica Olivo F. Lucas, Maria de Jesus Cano Miranda, Olinda Teruko Kajihara, Regina de Jesus Chicarelle, Regina Lúcia Mesti, Sheila Maria Rosin, Solange Franci R. Yaegashi, Tânia dos Santos A. da Silva, Ivone Pingoelo, Marcos Pereira Coelho, Maria Eunice França Volsi e Rosângela Célia Faustino, por transmitirem conhecimento, dedicação e responsabilidade durante minha formação acadêmica.

Agradecimento especial aos meus amigos: Igor Catellani, Thaynara de Deus Palota, Maria Tereza Frageri Paulino e a todos meus companheiros de turma.

Este crédito também é direcionado ao professor Célio Juvenal Costa, que foi um excelente orientador e colaborador para o Trabalho de Conclusão de Curso.

A educação tem raízes amargas,  
mas os seus frutos são doces. (*Aristóteles*)

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso objetivou entender quais os motivos que os padres jesuítas, atuantes junto à Coroa Portuguesa, tiveram em fundar o colégio no Rio de Janeiro no século XVI, e procura discutir o modo como ele estava organizado durante aquele período. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica documental que se apoiou em bases históricas como as Cartas jesuítas e obras do autor Serafim Leite, *Monumenta Brasiliae* e a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, pois ambas, trazem aspectos relevantes para a compreensão da educação pedagógica jesuítica. As discussões partem do pressuposto do referencial teórico do materialismo histórico, à medida em que procura compreender a educação, no caso o colégio do Rio de Janeiro, como expressão da vida material na América Portuguesa. Procurou-se, para embasar historicamente o tema, mostrar o contexto da vida na colônia brasileira da época, bem como a história da própria Companhia de Jesus. Acreditamos que esta pesquisa se justifique pela contribuição que ela pode trazer para estudiosos da área da História da Educação no Brasil.

**Palavras-chave:** Educação, História da Educação Brasileira, Jesuítas, Brasil Colonial, Século XVI, Colégio do Rio de Janeiro.

## ABSTRACT

This monography aimed to understand what are the grounds that the Jesuit priests, acting by the Portuguese Crown, had in the founding the College in Rio de Janeiro in the 16th century, and seeks to discuss how he was organized during that period. This is a documentary that bibliographical research leaned on historical bases as the letters of the author's works and Jesuits Milk Seraphim, *Monumenta Brasiliae* and the history of the society of Jesus in Brazil, as both bring relevant aspects for understanding the Jesuit teaching education. The discussions are based on the assumption of the theoretical framework of historical materialism, as seeks to understand education in the College of Rio de Janeiro, as an expression of the life material in Portuguese America. It was, to support historically the theme, show the context of life in Brazilian colony of the era, as well as the history of the company of Jesus. We believe this research is justified by the contribution which it can bring to scholars of the history of education in Brazil.

**Keywords:** education, history of Brazilian education, Jesuits, Colonial Brazil, 16th Century College of Rio de Janeiro.

## SUMÁRIO

1	Introdução.....	08
2	Portugal no século XVI .....	14
	2.1 A Monarquia e a sociedade portuguesa no século XVI.....	14
	2.2 A Expansão comercial de Portugal no século XVI.....	15
	2.3 A Igreja Católica de Portugal: crise e retomada ao poder.....	19
	2.4 A Companhia de Jesus e a Educação em Portugal no século XVI.....	23
3	Precedentes do Colégio do Rio de Janeiro no Brasil.....	26
	3.1 A ação da administração portuguesa no Brasil.....	26
	3.2 A atuação jesuíta na América Portuguesa.....	27
	3.3 Franceses na disputa da América Portuguesa.....	29
	3.4 Capitania de São Vicente: delimitação territorial para o Colégio jesuíta...31	
4	O Colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro.....	37
	4.1 Criação do Colégio do Rio de Janeiro.....	37
	4.2 Os formadores do Colégio e o conteúdo pedagógico.....	46
	4.3 A organização do Colégio de São Sebastião.....	47
5	Considerações finais.....	54
	Referências .....	57





## 1 INTRODUÇÃO

Inaugurado no século XVI, o Colégio do Rio de Janeiro participou de um desenvolvimento gradativo educacional, sendo o terceiro colégio dos jesuítas no Brasil. Seu processo de implantação ocorreu mediante os objetivos da Igreja Católica e as questões políticas da Coroa Portuguesa.

Embora o Colégio do Rio de Janeiro<sup>1</sup>, se constitua há 446 anos são poucos os estudos que se referem à sua fundação. Neste sentido, esta pesquisa propõe uma análise sobre como acontecia a prática pedagógica e o processo de instituição do estabelecimento escolar jesuítico.

A pesquisa constitui-se bibliograficamente documental. A investigação tomou como base as leituras de Serafim Leite em *História da Companhia de Jesus no Brasil* e *Monumenta Brasiliae* e de padres e estudiosos que escreveram sobre o assunto. Tomando como base a pergunta: “De que modo ocorreu a fundação e funcionamento dos colégios dos jesuítas em território brasileiro no século XVI?”, percebemos que o colégio do Rio de Janeiro teve um processo ligado a historicidade e que somente foi possível, devido aos objetivos tanto da Igreja Católica como da administração de Portugal.

O colégio do Rio de Janeiro passou por um processo histórico que teve uma ligação conjunta com Portugal e França que, segundo Serafim Leite (1956), ambos os reinos entraram em conflito pela região da Baía da Guanabara, isto é, disputavam a posse do Rio de Janeiro para que pudessem estabelecer seu poder hegemônico. A Igreja Católica, por sua vez, se alia à administração de Portugal para evangelizar os nativos, por meio do teocentrismo religioso e recuperar seu prestígio abalado pelas reformas protestantes que ocorria na Europa:

As circunstâncias do tempo não favoreceram o segundo Governador do Brasil Durante da Costa, nem a agitação do seu governo podia tornar eficiente essa colaboração, alunada por D. Pedro Fernandes, que além de não se considerar Bispo dos índios, eram demasiados atrito a pontinhos de honra e a desinteligência com as pessoas gradas que tinha à mão. Perpassam neste volume os ecos desta << guerras civis >> da Baía, que se tentaram apaziguar e na verdade só se concluíram com a intervenção do governo central de Lisboa, mandando chamar o Bispo em 1556 e dando sucessor a D. Duarte da Costa (a nomeação do novo governador Mem de Sá é do mesmo ano 23 de Julho). Entretanto, <<os Jesuítas, superiores a

---

<sup>1</sup> O Colégio do Rio de Janeiro também pode ser conhecido como Colégio da Baía da Guanabara.

alheios a este debate, concentraram seus esforços na Capitania de S. Vicente>>. E nesta Capitania fundou Nobrega São Paulo, ficando São Vicente a ser o porto, mas com sentido unitivo como se fosse uma só entidade ou casa (LEITE, 1956, v.II, p. 50).

Mediante esses conflitos por territórios, Portugal iniciou o processo de colonização na região do Rio de Janeiro e funda a cidade de São Sebastião em 1565 e, em parceria com a Igreja Católica, inicia o projeto de construção do Colégio em 1567. O estabelecimento escolar formaria os padres futuros para educarem os indígenas e os filhos dos portugueses que vinham para o Brasil.

A instituição educacional contava com vários compartimentos como igreja, livraria e missões rurais: “Com as chamadas missões rurais, o âmbito de ação do Colégio do Rio ia dos Campos dos Goitacases e Sul do Espírito Santo até Santos ou S. Paulo, por terra e mar” (LEITE, 2004, p. 424).

O método jesuítico aplicado naquele período no Colégio do Rio de Janeiro era o *Ratio Studiorum*<sup>2</sup> (1599) e apresentava conteúdos referentes à leitura e escrita, teologia, humanidades e gramática.

A autora do artigo, *O colégio do Rio de Janeiro e suas peculiaridades*, Rachel Silveira Wrege, (2012), realizou uma pesquisa bibliográfica utilizando o autor Serafim Leite como referência. A autora traz informações relevantes à datas e localização da instituição escolar jesuíta, pois ela afirma que em 1565 a cidade do Rio de Janeiro foi fundada e, posteriormente, os jesuítas iniciaram o projeto de construção do colégio em 1567 e que era localizado no Morro do Castelo.

O colégio do Rio de Janeiro, era relevante à sociedade do século XVI, no Brasil, pois apresentou diversas atividades úteis aos moradores que pertenciam a região da cidade de São Sebastião. No colégio havia botica, igreja, hospital e biblioteca que eram disponibilizadas aos moradores do Rio de Janeiro. Ainda, o colégio possuía um colégio que:

Apresento especialmente a informação de que o Colégio tinha, em sua parede externa, um relógio muito grande, para que os habitantes da cidade se regulassem pelo horário cronometrado, conforme o modo de viver europeu. Esta inovação queria dizer que uma nova ordem de disciplinamento e de trabalho estava sendo instituída, ao lado do ensino sistematizado e da catequese, se considerar-se que antes da colonização

---

<sup>2</sup> Mesmo o *Ratio Studiorum* sendo instituído em 1599, o Colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro, seguia o modelo pedagógico do *Ratio Studiorum*, pois essa era uma prática que os padres jesuítas utilizavam antes mesmo de ser regulamentado oficialmente em 32 anos após o início das aulas no Colégio jesuíta do Rio de Janeiro.

portuguesa, não havia horário rigidamente estabelecido, nem colégio e catequese. (WREGGE, 2012, p. 1336)

No livro intitulado *Negócios Jesuíticos: O cotidiano da administração dos bens divinos*, Paulo Assunção (2004) relata a organização administrativa da Companhia de Jesus. O livro é resultado de uma pesquisa de doutorado e se fez metodologicamente bibliográfica e também documental. O autor traz uma análise de como os jesuítas na América portuguesa estavam ligados à produtividade que envolvia o cultivo da terra, a exploração do trabalho, procurando aderir às técnicas de produção, realizando atividades de abastecimento e reabastecimento de fazendas, colégios e residências, e isso fazia com que a instrução e o catolicismo percorressem todo o Brasil e não somente o Rio de Janeiro. O colégio jesuíta, além de centro de estudos, era um centro administrativo da Companhia de Jesus, estando a ele ligados os outros empreendimentos, como fazendas, engenhos etc.

Esse ponto fundamental tratado nas considerações de Assunção (2004) é importantíssimo para entendermos o perfil dos professores católicos que executaram o plano da Companhia de Jesus tanto no mundo como no Brasil. Para tratarmos de educação no território do Rio de Janeiro é necessário estabelecer a relação entre os objetivos da Ordem com a construção do Colégio, para que seja possível entendermos como ocorreu tal processo de construção do estabelecimento escolar.

A Igreja Católica teve papel fundamental na educação no Brasil. No Rio de Janeiro Não foi diferente, porque as medidas realizadas pela Igreja permitiram a retomada ao poder que esteve por um período ameaçado devido as manifestações em prol a Reforma Protestante. Dessa forma:

Com o crescimento do patrimônio religioso, a Coroa intensificou a cobrança dos dízimos eclesiásticos a todas as ordens. Até então elas estavam isentas de pagar aqueles referentes aos bens patrimoniais doados, aos frutos de suas hortas, ao gado e às terras não cultivadas. Entretanto, o poder da Igreja atingia a colônia em todos os níveis ao funcionar como instrumento de controle social. E essa ação encontrava eco no fato de que a condição social do indivíduo implicava, de maneira necessária, no “ser cristão”. Desta forma, a obediência aos preceitos religiosos era conseguida através de medidas como a excomunhão e a exposição dos pecadores para a reprovação pública, o que garantia a congregação da população em torno das normas ditadas pela igreja (FRIDMAN; MACEDO, 2011, p. 03).

Pedro Doria (2012), por meio de uma análise documental, descreve os conflitos entre portugueses, franceses, espanhóis e indígenas. O resultado desses

conflitos em um primeiro momento resulta na fundação do Rio de Janeiro e São Paulo, que sofreram guerras sangrentas. Para ele, “a história contada neste livro não é, portanto, apenas do Rio. Nenhuma história é solta do todo.” (DORIA, 2012, p. 10), pois aquilo que acontecia no Brasil ou em específico nas cidades brasileiras se interligava aos fatos que aconteciam no Mundo.

Em *História da América Portuguesa*, Rocha Pitta (1958) retrata como ocorreu o processo de colonização no Brasil, por intermédio de uma pesquisa bibliográfica documental. Seu escrito abrange o período de 1500 até 1724 e revela que a educação tal como encontra-se hoje passou por um processo socialmente construído pelo trabalho humano.

O referencial teórico metodológico utilizado neste Trabalho de Conclusão de Curso remete ao materialismo histórico, na medida em que a educação corresponde à base material da sociedade, ou seja, para entender o colégio do Rio de Janeiro é necessário entender que ele faz parte de um contexto social, econômico e cultural que explica sua necessidade, seu modelo de construção e seus objetivos.

O referencial teórico é pautado no Materialismo Histórico, foi um marco teórico que objetivou-se na explicação das mudanças e o desenvolvimento da história, utilizando-se de fatores práticos, tecnológicos (materiais) e o modo de produção.

Sabendo que o materialismo histórico explica a história das sociedades humanas, em todas as épocas, por meio dos fatos materiais, econômicos e produzidos socialmente, compreendemos o Colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro como um fator social e como produção dos homens, sem deixar de considerar que o trabalho foi condição primeira para a constituição do estabelecimento de ensino.

Segundo Karl Marx e Friedrich Engels (2007) durante o processo de tomada de consciência o homem em sua história contemporânea passou por um processo histórico. Sendo assim, o indivíduo é um ser social, e isso permite fazer revoluções. As ideias são expressões do desenvolvimento das histórias reais adquiridas ao longo dos tempos pelos seres humanos.

O Trabalho de Conclusão de Curso contribui para estudiosos e pesquisadores que se interessam por temas relacionados a História da Educação. O trabalho

também colabora para a formação acadêmica no sentido de que se possa compreender que o presente existe devido as produções humanísticas, culturais e históricas produzidas no passado. Sendo assim, o século XVI e o Colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro, faz parte de um processo histórico que é essencial para a compreensão da organização escolar e das práticas pedagógicas que estão presentes na atualidade.

Os objetivos deste trabalho se pautam em analisar o processo de Criação do Colégio do Rio de Janeiro pela Companhia de Jesus no século XVI, averiguando quem eram os catequistas que educavam os estudantes no período Brasil Colonial.

Além disso, discutimos os objetivos que a Companhia de Jesus teve para iniciar a construção do Colégio Jesuíta aos arredores da Baía da Guanabara no século XVI e investigar qual metodologia utilizada e como era a estrutura para a formação dos futuros padres.

As discussões apresentadas no primeiro capítulo, diz respeito, aos aspectos da organização social de Portugal, as relações de comércio, a crise da religião católica, a tentativa de reconstrução da hegemonia cristã e a organização da Companhia de Jesus voltada a educação.

No segundo capítulo é tratado a constituição e desenvolvimento da Capitania de São Vicente, que foi considerada fundamental para a fixação territorial da cidade de São Sebastião. Outro aspecto importante discutido neste capítulo foram as ações e objetivos dos padres jesuítas no Rio de Janeiro e da administração de Portugal que tiveram em fundar o Colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Para atingir os objetivos propostos no terceiro capítulo foram apresentadas a criação do Colégio de São Sebastião, a estrutura curricular, infraestrutura do estabelecimento escolar e ação dos padres jesuítas na instituição de ensino.

Este Trabalho de Conclusão de Curso suscita que o emprego dos saberes assimilados ao longo do curso de pedagogia, e ainda mais, é contribuição no avanço científico ao curso. Ainda proporcionou conhecimento acerca da história e historiografia da educação, dando suporte para trabalho pedagógico futuro, em sala de aula.

O Trabalho de Conclusão de Curso tem relevância para a profissionalização pedagógica, pois contextualiza a prática docente no período colonial permitindo

realizar comparações entre as diversas didáticas estudadas durante o curso de Pedagogia.

## **2 PORTUGAL NO SÉCULO XVI**

Portugal, no século XVI, apresentou uma elite social baseada na monarquia absolutista, cujo a expansão comercial era o foco das ações mercantilistas, e a Igreja portuguesa comandou a ideologia educacional da época. Por outro lado, o restante da população não vivia com as mesmas regalias que a administração e o clero lusitano possuíam.

Neste capítulo foram desenvolvidas questões significativas de como Portugal se instituiu como monarquia, os objetivos da expansão comercial mercantilista e a ação da Igreja Católica relacionada à educação, para que haja contextualização histórica do leitor para que possam compreender como ocorreu a organização e fundação do colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro no século XVI, no Brasil.

### **2.1 A Monarquia e a sociedade portuguesa no século XVI**

No século XVI, Portugal apresentou, como outros reinos da Europa, uma política vinculada à monarquia, isto é, o rei português resolveu recuperar sua autoridade abalada pelo poder dos senhores feudais. Sendo assim, para reconquistar a soberania, novos mecanismos de fortalecimento foram realizados, como por exemplo, a coibição da influência da Igreja Católica e o controle sobre a nobreza feudal.

Conforme João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa (2001), o Império português se fez presente em meio as relações econômicas, políticas, jurídicas e sociais que foram capazes de articular uma vasta rede comercial, ligada também por laços pessoais e de parentesco, dessa maneira, sabemos que as relações sociais da alta burguesia davam-se por intermédio da hereditariedade que permitiu o poder e prestígio:

Essas conexões comerciais eram, sem dúvida, atravessadas pela política. Os negócios e comércios imperiais eram submetidos as regras do Antigo regime; leia-se entre outras coisas, ao complexo sistema de doações e de mercês régias. A expansão e a conquista de novos territórios permitiram à coroa portuguesa atribuir ofícios e cargo civis e militares conceder privilégios comerciais a indivíduos e grupos, dispor novos rendimentos com base nos quais se distribuíam pensões. Tais concessões eram o desdobramento de uma cadeia de poder e de redes de hierarquia que se



estendia desde o reino, propiciando a extensão dos interesses metropolitanos, estabelecendo vínculos estratégicos com os colonos. (FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA, 2001, p. 23)

O crescimento das cidades e da classe burguesa fez com que houvesse um aumento do consumo e isso estimulou as atividades mercantis. A aristocracia composta pela Coroa Portuguesa se beneficiou com o montante ocasionado pelo início da expansão marítima e comercial:

(...) A importância crescente das cidades e da burguesia, a valorização do comércio e das atividades mercantis, compartilhada também, pela Coroa, assim como a monetarização progressiva da economia contribuíram - principalmente em Portugal - para o aumento notável da mobilidade social. Essa modalidade, junto com as necessidades econômicas, após o abalo demográfico provocado pelas epidemias da peste em meados do século XIV, remetem várias camadas da sociedade portuguesa - por razões diferentes - para a expansão, à procura, fosse de lucro e riqueza, fosse de ascensão social ou no sistema feudal (MAINKA, 2012, p. 23).

Sem dúvidas, a vida em Portugal era desigual, enquanto, a população vivia sem condições de qualidade de vida, a burguesia comercial começava a ganhar espaço na sociedade. Porém, a vida da aristocracia era voltada para o luxo. Essa estrutura portuguesa compôs a sociedade da época e se tornou um dos fatos históricos que foram refletidos mais a diante no Brasil. Mas vale ressaltar que essa realidade contida em Portugal ocorria na Europa de modo geral.

## **2. 2 A expansão comercial de Portugal no século XVI**

Portugal iniciou o processo de expansão territorial quando ocorreu a tomada de Ceuta (Marrocos), no ano de 1415, e a descoberta das ilhas da Madeira (1418) e das Canárias (1432). Conforme Peter Johann Mainka (2012), tornaram-se colônia e modo de exploração agropecuária. Entretanto, não possuíam grandes quantidades de mineral e, em 1419, a costa de África começou a ser explorada pelos portugueses.

Portugal, no século XVI, caracterizou-se devido à coexistência, por vezes antagônica, de dois modos de produção, o feudal e o capitalista, sendo que o último resultou da superação do primeiro (COSTA, 2008). Nesse sentido, o período colonial, pode ser definido como um período de transição entre feudalismo e para o

mercantilismo (capitalismo). A dualidade econômica europeia, conforme Joicy Suely Galvão da Costa (2008), teve reflexo na colonização portuguesa mediante a ocupação das terras brasileiras e de outros territórios descobertos.

Segundo Peter Johann Mainka (2012), há cinco motivos que levaram Portugal à expansão comercial: a economia, sociedade, ideologia, intelectualidade e as tecnologias da época. O setor comercial visava o acesso marítimo, para adquirir especiarias e as mercadorias de luxo do Oriente que eram buscadas como produtos que atendessem a procura europeia.

Houve o contato português com o Renascimento<sup>3</sup> devido a influência de mercadores italianos que investiam no comércio marítimo. O comércio com a França, Espanha e Inglaterra era contínuo e a relação comercial e cultural tornou-se intensa. Entretanto, houve dificuldade em conseguir tais produtos, porque, a partir de 1453, os turcos muçulmanos venceram o Império Bizantino os caminhos de transportes do Oriente para o Ocidente, via Mar Mediterrâneo, foi fechado.

Adiante, ocorreu o aumento dos preços das mercadorias procuradas pelos consumidores europeus. No final do século XV houve escassez de materiais preciosos, como ouro e prata. As sociedades presentes na Península Ibérica, foram objeto de reconquistas, militarização e crescimento do comércio burguês: “(...) as sociedades na Península Ibérica foram marcadas pela a experiência da reconquista, que havia influenciado toda a população e resultou certa militarização (...)” (MAINKA, 2012, p. 23)

O período das grandes navegações na Europa e, assim em Portugal, permitiu uma organização do trabalho baseada no escravismo. Luiz Felipe de Alencastro (2000), afirma que enquanto a Igreja Católica e a Coroa de Portugal disfrutavam das regalias do Estado português, a população que vivia em regime de escravidão vivia assim como as classes populares em péssimas condições.

A política mercantilista consistia em propiciar situações em que o Estado acumulasse metais preciosos (ouro e prata). Essa prática dava-se pelas exportações e restrições das importações, isto é, procura de uma balança comercial favorável, ou

---

<sup>3</sup> Renascimento, segundo Teresa Aline Pereira de Queiroz (1995), foi um movimento intelectual e cultural que iniciou na Itália. Sua essência, no século XVI, teve caráter questionador da Idade Média.

seja, o metalismo<sup>4</sup>. Com isso, o Estado desempenhou função intervencionista na economia de Portugal (VILLAR, 2010).

O mercantilismo foi um aglomerado de ideias e práticas de cunho econômico, com objetivo de propiciar prosperidade a uma nação ou Estado dependente do capital que houvesse. Em contrapartida, ao sistema da economia política, percebemos em Karl Marx (1999) que a mercadoria passa a ter valor na sociedade e isso promove o resultado final o lucro.

A produção material é realizada por indivíduos produzindo em conjunto por determinações sociais. E que estabelecem relações de produzir a mercadoria para que o consumo da população seja resultado de lucro, assim:

[...] se preparava desde o século XVI, início do século XVIII deu-se larguíssimos passos em direção à sua maturidade. Nessa sociedade de livre-concorrência, o indivíduo, aparece desprendido dos laços naturais que em épocas históricas remotas, fizeram dele um acessório de um conglomerado humano limitado e determinado [...] (MARX, 1999, p. 25-26).

O mercantilismo foi um agrupamento de práticas econômicas do mercado europeu. A relação comercial ocorria em acordos entre Estados e qual possuísse maior quantidade de metais preciosos, mais rico a nação seria. Em outras palavras, haveria um fortalecimento do Estado mediante a expansão do metalismo, “pode dizer-se que o Mercantilismo clássico é a abordagem mais clássica da economia política do comércio internacional.” (GUIMARÃES, 2005, p.30)

Sabendo que o Mercantilismo, baseava-se em uma balança comercial favorável<sup>5</sup>, pacto colonial<sup>6</sup> e protecionismo<sup>7</sup>, Portugal foi beneficiado no comércio durante o período do século XVI, pois alguns estudantes portugueses foram estudar

---

<sup>4</sup> Metalismo, é a quantidade de ouro e prata no território de uma nação determina sua riqueza. Nesse caso, um país com uma forte atividade comercial iria acumular mais metais preciosos, gerando, com isso, mais riqueza para a sociedade (DEZORDI, 2010, p.10)

<sup>5</sup> A balança comercial favorável, ocorria durante a troca comerciais entre os Estados mundiais. “Excedentária criava riqueza e aumentava o poder da nação.” (GUIMARÃES, 2005, p. 31)

<sup>6</sup> “A peça capital do Mercantilismo o Pacto Colonial, sistema que não apenas regulamentava as relações entre as potências colonizadoras entre si e entre estas e as colônias, como ordenava em todos os mares a atividade econômica, política militar e as disposições jurídicas. (MACHADO, 1980, p.31) Um exemplo é que a Metrópole (Estado Português) estabelecia que a sua colônia (América Portuguesa) comercializasse e adquirisse produtos somente de Portugal.

<sup>7</sup> O protecionismo era um conjunto de medidas de cunho econômico, com a intenção de favorecer as práticas econômicas internas para que cada Estado pudesse concorrer com outros países. Outra característica protecionista era evitar que outros Estados mantivessem bom comércio próspero (CARNEIRO, 2010).

em universidades europeias, especialmente a de Paris, e retornaram a Portugal com novas ideias e formas de enxergar a realidade social.

No período do século XVI, em Portugal, a intenção de navegar para encontrar territórios e materiais preciosos fizeram com que houvesse preocupação no investimento em novas tecnologias marítimas. Afirma Peter Johann Mainka (2012, p. 24):

(...) os motivos intelectuais: a curiosidade e a necessidade de conhecer todo o mundo são características humanas que formam os fundamentos de qualquer inovação humana junto com a prontidão de correr riscos e ultrapassar limites existentes ou barreiras psicológicas.

O desenvolver das ciências foi assíduo, pois em Portugal o conhecimento passou a ser voltado à astronomia e à matemática, o que resultou em tecnologias navais, para o avanço marítimo. O objetivo português era mapear novas terras espalhadas pelo mundo. Ainda no final do século XVI, o pioneirismo marítimo estava atrelado às grandes navegações rumo ao Oriente, o que proporcionou lucros, a busca pelo crescimento da burguesia comercial e enriquecimento da nobreza.

A caravela<sup>8</sup> construída em Portugal, era ágil e era fácil de ser conduzida. Mapas com as descrições das rotas e rosas dos ventos, bussolas, quadrante, báculo, cruzeiro e astrolábio, fizeram parte de algumas invenções científicas que auxiliaram o período do século XVI. Com isso, as navegações marítimas foram intensas por toda a América.

### **2.3 A Igreja Católica de Portugal: crise e retomada ao poder**

A reforma católica começou a partir de militantes cristãos que se organizaram contra os membros da Igreja Católica. Eles denunciavam, entre outras coisas, que as indulgências<sup>9</sup> não compravam a vida eterna no reino dos céus. Em 1517, Martim

---

<sup>8</sup> Caravela no período da expansão marítima era um modelo de embarcação inventada pelos portugueses e utilizada por eles e por outros países para locomoção destinada a outros territórios. (...) a <<caravela>>, conforme o insigne fundador da arqueologia naval portuguesa, derivaria etimológica e diretamente do vocábulo árabe <<carabo>>, ainda que se atribuísse a esta origem mais remota: latina ou grega (<<carabus>> e <<karabos>>, respectivamente) (MENDONÇA, 1971, p.45-46)

<sup>9</sup> “A indulgência é parcial ou plenária, conforme liberta, em parte ou no todo, da pena temporal devida pelos pecados.” (Código de direito canônico português, 2001, p.256) Em outras palavras, para os críticos da Igreja em Roma, elas eram vendidas para salvar a alma das pessoas.

Lutero (1483-1546), na Alemanha, deu o primeiro passo para a fundação da futura igreja protestante.

A volta do conhecimento manifestado na cultura greco-latina<sup>10</sup>, também, proporcionou novas formas de pensar a sociedade, porém, essa situação colocava em questão a explicação do homem pela Igreja. Assegura Maria Lúcia de Arruda Aranha (2006, p. 124):

O retorno das fontes da cultura greco-latina, sem a intermediação dos comentadores medievais, foi um procedimento que visava também à secularização do saber, isto é, a desvesti-lo da parcialidade religiosa, para torna-lo mais humano. Procurava-se com isso formar o espírito do indivíduo culto mundano “cortes” (o que frequentava a corte), o gentil homem.

As razões que culminaram no desenvolvimento da reforma protestante foram impulsionadas por motivos sociais, porque a população encontrava-se indignada com a corrupção da Igreja Católica e isso fez com que muitas pessoas apoiasse a reforma protestante.

Mediante essa reflexão percebia-se que alguns estudantes tornavam-se padres para desfrutar da bonança que a vida eclesiástica poderia oferecer. Outra prática muito comum da Igreja Católica, Romana e Apostólica era condenar as práticas capitalistas que oferecia crescimento do poder econômico da burguesia. Já a nobreza europeia, também pretendia se apoderar das riquezas conquistada pelos eclesiásticos.

No Renascimento, a visão humana desfocou das explicações religiosas e voltou-se ao próprio ser humano. A curiosidade do homem em buscar explicações para aquilo que era posto na sociedade permitiu que novas formas de pensar e agir comesçassem a se manifestar:

O olhar humano desviava-se do céu para a terra, ocupando-se mais com as questões do cotidiano. A curiosidade, aguçada para observação direta dos fatos redobrou o interesse pelo corpo e pela natureza circundante. Nos estudos de medicina ampliaram-se os conhecimentos de anatomia com a pratica de dissecação de cadáveres humanos, até então proibidos pela igreja. O sistema heliocêntrico de Copérnico construiu uma nova imagem de mundo (ARANHA, 2006, p. 124).

---

<sup>10</sup> Segundo Moacyr Flores (2006), a Cultura greco-latina foi transformada por historiadores e literatos em um modelo exemplar a ser seguido tanto pela a linguagem e governo como a religião dos gregos e romanos antigos. Ainda, está presente na sociedade brasileira em pequenos aspectos do dia-a-dia. Um exemplo é o noivo carregar a noiva após o casamento quando entram em casa.

Os motivos ideológicos<sup>11</sup> estiveram fortemente relacionados ao costume proveniente das Cruzadas na Idade Média, que permaneceram ativas no século XVI, em Portugal e Castela, em conjunto com o sentimento de conquista das localidades ocupadas pelos árabes muçulmanos. A disputa entre cristãos e o Islamitas foi resultado de conflitos políticos, culturais e religiosos e de contínua busca pelas cruzadas.

Os meios que a Igreja Católica utilizou para conquistar territórios e combater outras ordens religiosas, foi a catequização. O movimento conhecido como contrarreforma foi realizado pelos clérigos na tentativa de conter a Reforma protestante e reconstituir a hegemonia católica que havia sido abalada diante da nova visão protestante.

No ano de 1545, a Igreja Romana Apostólica autorizou o Concílio de Trento<sup>12</sup> a estabelecer novamente o Tribunal do Santo Ofício, isto é, a Inquisição, para perseguir aqueles que fossem contrários a fé católica. As medidas que foram tomadas, por parte dos clérigos, foram a proibição de livros considerados inapropriados e a catequese das populações que viviam nas colônias.

Outras medidas estabelecidas, foram a reafirmação da superioridade do papado e o celibato eclesiástico; as reformas das ordens católicas, seminários e universidades, a extinção das indulgências supressão de abusos envolvendo indulgências e a adoção da divulgação e tradução das escrituras bíblicas.

---

<sup>11</sup> Os motivos ideológicos eram os pensamentos que movimentou a sociedade da época com a intenção de transmitir o “certo” ou o “errado” para moldar a vida social portuguesa de acordo com o Estado e a Igreja católica, pois ambos possuíam ascensão social, ou seja, determinada ideologia pode alienar o homem quando “(...) como produtor, o operário não se sente sujeito, mas objeto do seu objeto. A atividade de produção é a fonte de alienação e não mais um processo de ilusão-psicológica ou intelectual.” (MARX, 2007, p.13)

<sup>12</sup> O Concílio de Trento compõe-se de três sessões. A primeira estende-se de 1545 a 1549; a segunda de 1551 a 1552 e, finalmente a terceira, que nos interessa, de 1562 a 1563. (LICHTENSTEIN, 2004, p.65). Diante dos rápidos progressos de reforma na Europa, a Igreja romana sente necessidade de fazer mudanças profundas nas suas instituições e nas práticas religiosas As redefinições dizem respeito aos dogmas da fé católica, as ordens (jesuítas, teatinos etc.) Cujas atuação é mais organizada. Os textos, reconhecem a existência de excesso nas cerimônias religiosas, tais como episódios de desregramentos por ocasião de festas dos santos, práticas idólatras ou representações mitológicas julgadas escabrosas nos recintos de culto. Em 1562, por instigação de Pio IV, os trabalhos do Concílio são retomados e levam a diversos decretos que dizem respeito às artes e às letras. (LICHTENSTEIN, 2004, p.65)

A sociedade portuguesa passou a pensar sobre as mudanças no modo de interpretar e praticar o cristianismo, mesmo que fossem independentes ordem religiosa que pertencessem. Com isso, passou-se a pensar, em outras religiões, pois diante do pensamento religioso europeu:

Os autores comungaram dos mesmos ideais de uma reforma religiosa no catolicismo romano, propuseram caminhos alternativos para a religiosidade, os quais eram discutidos e analisados no meio acadêmico e difundidos entre as universidades, o que resultou em um movimento de reforma religiosa em todos os países europeus. É nessa conjuntura de efervescência religiosa que a sociedade lusitana se encontrava inserida. (MARTINS, 2011, p. 28)

A Igreja Católica em Portugal, no século XVI, sofreu uma modificação em relação ao bispado e isso, provocou instabilidade, ou seja, mesmo o reino desorganizado, o rei de Portugal, D. João III (reinado 1521-1557), e a nação portuguesa buscavam na fé cristã a solução de todos os problemas (DREHER, 1996).

Como na maioria dos países da Europa, Portugal se manifestou filosoficamente, isto é, ocorreram mudanças no modo de pensar da sociedade. Em uma das iniciativas de regenerar o poder da Igreja Católica foi torna-la como a religião oficial. Desse modo:

Em uma Europa sacudida por revoluções no pensamento e pelo espectro do protestantismo, caberá por esses dois países a tarefa de conservar um modelo de igreja, denominado “cristandade” que começará a sofrer abalos no continente após desfrutar de uma hegemonia absoluta desde o século IV. Esse modelo remontava ao período em que Constantino oferecera favores especiais à Igreja e ao momento da oficialização do cristianismo como religião do Estado Romano nos tempos de Teodósio, nas últimas décadas do século IV. Assim, a fé católica foi incorporada ao Estado passou a ser considerado, a partir de então o monarca passou a ser considerado, a partir de então, protetor da Igreja. (MOURA, 2000, p. 19)

No interior da própria Igreja Lusitana existiam diferenças óbvias entre o clero regular o clero secular. O primeiro era constituído por indivíduos de nível social maior e o segundo, categorizado como classe inferior. Naquele período, os títulos religiosos e sociais eram vendidos ou ofertados mediante favores.

Quanto a religião, Portugal adotou o Catolicismo Romano. O objetivo era formar o cidadão português de acordo com a demanda política, social, econômica e cultural da época.

De acordo com Maria Lúcia de Arruda Aranha (2006), a visão humana desfoque das explicações religiosas e voltou-se ao próprio homem. A curiosidade do homem em buscar explicações àquilo que era posto na sociedade permitiu que novas formas de pensar e agir começassem a se manifestar.

O clero Português pretendia recuperar seu prestígio abalado pelas reformas protestantes, enquanto a Coroa Portuguesa objetivava expandir seu poder hegemônico, para adquirir riqueza para o Estado.

Nesse contexto, outro fator que influenciou o processo de colonização do Brasil e permitiu a construção do Colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro foi o poder que a Igreja Católica constituiu na Idade Média, uma vez que foi a mais rica instituição da Europa Ocidental. José Eduardo Franco (2011) relata que os jesuítas adquiriram muitas propriedades, mas vale ressaltar que alguns padres lutavam por uma sociedade justa e trabalhavam em prol da conversão da população portuguesa devido suas filosofias religiosas.

A educação religiosa da sociedade lusitana era ministrada pelos padres jesuítas. Atesta Martins (2011) que ao nascer, a criança era educada a viver em conformidade aos dogmas da Igreja Católica.

E, para contribuir com a ação pedagógica dos jesuítas, foram implantados diversos estabelecimentos de disseminação da fé cristã. A Igreja e Estado estiveram unidos em Portugal e ambas influenciaram a sociedade portuguesa do século XVI. A primeira influenciar<sup>13</sup> a vida social indiretamente por meio da educação e a segunda agiu de forma direta pela política. Consequente, escreve José Eduardo Franco (2011, p.14-15):

A Igreja conseguiu estabelecer uma rede organizacional tão vasta, tão consolidada, tão influente que concorria e superava em muitos campos a rede do Estado. Basta ver a impressionante rede de conventos, massivamente a paisagem física e humana do país, sem falar da rede de dioceses, paróquias e capelas com o seu numeroso clero regular e secular.

---

<sup>13</sup> A intenção da Igreja Católica em influenciar os estudantes ou sociedade em geral por meio da educação seria de transmitir a cultura religiosa e portuguesa a população da América Portuguesa.



A Igreja era a grande modeladora da mentalidade e da identidade. Pouco se fazia sem ela ou sem a sua bênção.

Depois de oito dias de nascimento a criança era batizada. A catequese era ensinada a qualquer idade e ministrada por monges e frades e, com isso, era possível que doutrina da Igreja fosse compreendida e passada adiante na sociedade do século XVI em Portugal.

Os cristãos participavam de missas, festas religiosas, confessavam seus pecados e ainda, se penitenciavam de seus pecados e caso, isso não acontecesse, ficariam retidos de receberem os sacramentos. As principais infrações cometidas eram o de sodomia, coito de animais, homossexualidade e qualquer ação que prejudicasse a estrutura física da Igreja ou de seus membros.

A Igreja, por sua vez, procurou aconselhar os fiéis a seguirem as normas eclesiásticas, frequentar a Igreja, abandonar o pecado e educar para receberem a vida eterna e serem dignos da vida que Deus os concederam. Por isso, o papel pedagógico dos padres jesuítas foi essencial para a retomada do poder religioso.

#### **2.4 A Companhia de Jesus e a educação em Portugal no século XVI**

A Companhia de Jesus foi instituída em 1534, por Inácio de Loyola (1491-1556), na Universidade de Paris. Sendo assim em Portugal, Dom João III (1502-1557) pediu que fossem enviados missionários religiosos. Chegou então após a solicitação a Companhia de Jesus, Simão Rodrigues (1510-1579), o qual permaneceu no reino e organizou a província jesuítica em Portugal, e Francisco Xavier (1506-1552), que acabou sendo destinado ao Oriente (LEAO, 2000).

A administração de Portugal, proporcionou benfeitorias que estimularam o crescimento da Companhia de Jesus em Portugal de modo extremamente rápido. Em 1542 foi fundado o Colégio de Jesus em Coimbra que tinha como objetivo a formação dos membros mais novos da Ordem.

A Companhia de Jesus era composta de três categorias de membros. O primeiro grupo era constituído de pessoas que possuíam quatro votos, após a experiência adquirida e futuramente se tornariam sacerdotes. Com isso, os padres jesuítas, transmitiam seus conhecimentos ao próximo. O segundo grupo de

membros da Companhia de Jesus, diz respeito, aos coadjuutores, que desempenhavam papel de auxiliares na companhia.

O terceiro grupo de membros era composto pelos escolásticos, isto é, “quando parecem ter capacidade e outros dotes convenientes para os estudos, de sorte que, ao terminar a formação intelectual, possam entrar na companhia como professores ou coadjuvantes, se assim for julgado oportuno (IGLESIAS, 2004, p.46). Estes eram os padres que atuavam na Companhia, recebiam estudo teológico e portavam muitos conhecimentos, resultado da formação intelectual que auferiam como, por exemplo, o tomismo<sup>14</sup>. Com isso, os padres jesuítas, transmitiam seus conhecimentos ao próximo.

Segundo Leandro Pena Catão (2005), a Companhia de Jesus foi essencial para o desenvolvimento da cristandade em Portugal. A ação desta ordem religiosa atuou na construção cultural e intelectual da Europa.

A Companhia possuía casas de professos, colégios, casas e missões. Os padres jesuítas tinham como regra principal a obediência à doutrina católica. Ela foi, também, poderoso instrumento para conter o novo pensamento de questionamento, proporcionado por maior frequência pelo pensamento protestante. Os padres também deveriam cumprir com as normas religiosas das escrituras para manter a ordem eclesiásticas, pois “para melhor conseguir este fim, fazem-se nela os três votos de obediência, pobreza e de castidade” (IGLESIAS, 2004, p.46).

Os jesuítas seguiam as instruções da Companhia de Jesus. Conforme as Diretrizes da formação da Companhia de Jesus no Brasil (2011), os objetivos para a educação, era preparar e renovar jesuítas e futuros padres para as missões.

Quanto as dimensões da vocação dos membros da Companhia de Jesus se referiam às questões espirituais, isto é, de contato com Deus; comunitária, de consenso entre os membros dentro do grupo; intelectual, desenvolvida pelo estudo;

---

<sup>14</sup> O tomismo é a filosofia pertencente a escolástica de São Tomás de Aquino (1225-1274). As peculiaridades deste pensamento filosófico procura conciliar o aristotelismo ao cristianismo, aborda, Fernand Van Steenberghen (1996). “Las principales fuentes del pensamiento de santo Tomás le sugirieron, todas ellas, el papel principal de una doctrina sobre el conocimiento en laboracion del saber. Aristóteles, había dejado, muchos escritos consagrados la doctrina de la ciencia del discurso (*logos*), y este corpus se había transmitida a la Edad Media com em título de Organon. (STEENBERGHEN, 1996, p.11) Percebemos que os escritos de São Tomás de Aquino estão carregados de conhecimento filosófico e a popularidade do conhecer de Aristóteles na Idade Média que repercutiu na religião católica.

e apostólica, afirmada pelas diretrizes da formação da Companhia de Jesus no Brasil.

Percebe-se que a Ordem da Companhia de Jesus foi extremamente importante para a propagação da fé cristã em todo mundo, principalmente durante o início da exploração e colonização do Brasil. A formação ideológica levada aos gentios que viviam na América Portuguesa levou uma nova visão de mundo a essa população e ainda contribuiu com a intencionalidade da Coroa Portuguesa de amansar esses nativos para expandir o poder hegemônico do Estado Português.

Diante das ações da Coroa Portuguesa e da Igreja Católica, unidas as transformações sociais, culturais e tecnológicas de Portugal no século XVI inicia o processo de exploração da América Portuguesa.

### **3 PRECEDENTES DO COLÉGIO DO RIO DE JANEIRO NO BRASIL**

A descoberta da América Portuguesa no século XVI foi resultado dos objetivos da administração de Portugal que circunscreveram a transição da Idade Média para a Idade Moderna: expansão comercial e marítima para garantirem a segurança favorável do Império Português e expandir territórios. A Igreja, no momento da fixação do poder no Brasil, se fez essencial, pois foram transmissores de ideias, proporcionando aos indígenas o contato com novos conhecimentos, inclusive a fé católica, e aceitar a ação lusitana naquelas terras.

Este capítulo aborda a conquista dos colonos de Portugal na América Portuguesa e o propósito da administração francesa em delimitar seus territórios, e, também, o exercício da propagação de sua fé protestante contra o catolicismo. Ainda, trata da delimitação da região estabelecida pela Capitania de São Vicente que, por sua vez, foi influência e resultado juntamente com conflitos entre franceses e lusitanos para a fundação do Colégio de Sebastião do Rio de Janeiro.

#### **3. 1 A ação da administração portuguesa no Brasil**

Em 1500, quando a esquadra marítima de Pedro Álvares Cabral (1467-1520) encontrou o Brasil, o elo entre a Igreja Católica e o Estado português foi consolidado. Essa união de interesses políticos, econômicos e religiosos, permitiu, mais tarde, que o colégio do Rio de Janeiro fosse fundado.

Pedro Álvares Cabral (1467-1520) navegou pela rota rumo ao Oriente. Assim, ao reivindicar a extensão dos domínios de Portugal para “as 370 léguas de Cabo Verde. D. João II conseguiu preservar o controle da Corrente do Brasil e, conseqüentemente, da rota mercantil para o Índico” (BARROSO, 1961, p. 13).

A oficialização da descoberta da América Portuguesa ocorreu diante da cravação de um marco de pedra nas areias de Porto Seguro onde localizava-se a cruz da Ordem de Cristo (BARROSO, 1961). Enquanto a América Portuguesa estava sendo explorada pelos portugueses, a Igreja, por meio da Santa Sé, atribuiu à Coroa portuguesa o controle do clero nacional e ainda, atuava na educação informal em um primeiro momento:

(...) Devido a esta união e ao regime em vigor do padroado, pode-se dizer que a descoberta do Brasil se fez sob o signo da espada e da cruz. Portugal, também como a Espanha, 'no outono do poder mundial', nas palavras do historiador Richard Morse, buscam no século XVI, preservar e dilatar o Império e a fé (...) (MOURA, 2000, p.19).

No primeiro contato de Portugal com o Brasil, ficou arvorada a Cruz (nome atribuído ao Brasil no período colonial). Era um símbolo e uma promessa. Mas não era ainda a semente. Esta viria, prolífica e abundante, quase meio século depois, em 1549, com a instituição do Governo Geral e a chegada dos jesuítas (TAVARES, 1995).

### **3.2 A atuação jesuíta na América portuguesa**

Em 1549, os padres jesuítas se fixaram na Bahia, juntamente com alguns portugueses, os seus filhos e netos. O governador Geral, Tomé de Souza, também veio nas embarcações, para organizar as missões administrativas na América Portuguesa.

No dia 31 de março de 1549, a missa foi celebrada por padre Manuel da Nóbrega (1517-1570, superior dos jesuítas), para iniciar os trabalhos naquelas regiões, pois, “enquanto o Governador tratava da fundação do Salvador e da posse da terra, os jesuítas cuidavam da conquista dos espíritos” (LEITE, 1937, p. 15).

A companhia de Jesus desempenhou diversas atividades na Colônia de Portugal. As principais atividades estavam relacionadas a educação religiosa e cultural de Portugal. Sendo assim:

A Companhia de Jesus tinha nove anos de existência oficial, quando chegou ao Brasil em 1549. Período, portanto, que se pode chamar de expansão, caracterizado pelo espírito de iniciativa, disciplina criadora, entusiasmo que facilita a conquista. Quinze dias depois de chegarem, já tinham os jesuítas desencadeado a ofensiva contra a ignorância, contra as superstições dos índios, e contra os abusos dos colonos. Abriam escolas de ler e escrever; pediram a Tomé de Sousa que restituísse a suas terras os índios injustamente cativos; iniciaram a campanha contra o hábito de comer carne humana: catequese, instrução, obras sociais, colonização. (LEITE, 1937, p. 14- 15)

Após a chegada do missionário José de Anchieta (1534-1597), padre Manuel da Nóbrega “dirigiu seu esforço em transferir os jesuítas que estavam na vila de São

Vicente para além das íngremes encostas da Serra do Mar, no planalto de Piratininga.” (NÓBREGA, 1988, p. 144).

A educação na Terra de Vera Cruz, passou a ser poder efetivo da Igreja Católica. A didática era ministrada pelos padres jesuítas que seguiam o modelo de constituição das normas da Companhia de Jesus, oriunda da Europa. Os colégios jesuítas da Companhia de Jesus também, foram fundados como o objetivo de reagir contra a Reforma Protestante, assim, não foi diferente na instauração do estabelecimento de ensino de São Sebastião. Segundo, Demerval Saviani (2013, p. 137):

(...) Ora, o caso da educação no Brasil colonial foi exatamente o de uma educação religiosa católica e jesuíta. Ao que parece, a exclusão feita por Luzuriaga decorreu do fato de que sua análise tinha por referência a situação europeia, onde os colégios jesuítas se inseririam no movimento da contrarreforma, tendo, pois, um caráter religioso que se desenvolveu à margem dos governos.

Os padres jesuítas deram uma atenção maior às crianças indígenas, pois os adultos já possuíam uma mentalidade formada. Alguns meninos órfãos foram trazidos de Lisboa (Portugal) e, assim, estabeleciam relações linguísticas com as crianças indígenas.

Os padres jesuítas chegaram ao Brasil com a intenção de catequizar o gentio brasileiro. Os motivos eram cumprir com os objetivos da Ordem da Companhia de Jesus que eram de converter os indígenas para expandir a fé católica.

Afirmam Amarílio Ferreira Junior e Marisa Bittar (2012), que o padre Vicente Rijo ensinava a doutrina, a leitura e a escrita aos meninos e aos indígenas adultos. A cultura indígena era fora dos preceitos jesuítas, provocando sentimento de ação dos padres em reverter os pecados em fé católica, e, para isso, seria necessário a conversão do gentio a fé cristã. Padre Manuel da Nóbrega foi muito importante durante o processo de educação no Brasil, pois ele era temido pelos inimigos.

Os missionários jesuítas foram os primeiros a iniciar a educação sistematizada para as crianças indígenas. “Falar das primeiras escolas do Brasil é evocar a epopeia dos jesuítas do século XVI” (LEITE, 1937, p. 35). Nos estabelecimentos escolares foram realizados os ensinamentos de:

(...) música, espalham nas selvas a harmonia dos cantos. Fundam escolas e colégios, e dão-nos os maiores mestres da língua. Têmo-los canonistas, teólogos, juristas e fundadores de associações de caráter social, numa época em que não estavam em moda como hoje. Por toda a parte, e de maneira constante, desenvolvem a sua atividade múltipla e una, movidos por um fim de ordem sobre-humana, porque é mister colocar na base de sua ação civilizadora aquilo que às vezes se tem receio de enunciar: sendo tudo isto, os jesuítas foram, ou procuraram ser, primeiro que tudo, missionários e santos. E alguns testemunharam com o seu sangue que este desejo não era veleidade sentimental, mas correspondia a uma realidade concreta da sua vida de apóstolos. (LEITE, 1937, p. 36)

Os jesuítas procuravam ensinar a cultura portuguesa e evitar o pecado cometido pelos indígenas, como: bigamia, o vício da alimentação por carne humana<sup>15</sup>, guerra e a não religiosidade. Uma característica dos nativos primitivos brasileiros era a ingenuidade em relação aos portugueses que muitas vezes os seduziam para obter seus interesses. Ofereciam até mesmo pertences admirados pelos gentios com a intenção de conquistar a confiança dos nativos

Os padres jesuítas, durante o processo de catequese do gentio, fundaram os aldeamentos, nos quais praticavam a caridade e diversas práticas sociais. Entretanto, “os índios, acostumados a uma vida de dispersão pela selva, ressentiam-se ao começo do aperto das povoações. De vez em quando, eram vítimas do impudismo das bexigas e outras epidemias” (LEITE, 1937, p. 20). Um dos princípios pregado nos aldeamentos pelos padres jesuítas era a paz e os dogmas da Igreja Católica.

Mesmo os padres jesuítas adotando a paz como princípio haviam conflitos<sup>16</sup> entre outros Estados que fixaram-se no Brasil. Na região do Rio de Janeiro, a França resolveu expandir sua hegemonia econômica, religiosa e política. Essa ação fez com que os Portugueses reagissem e rompessem com a harmonia na região da Baía da Guanabara.

### **3.3 Franceses na disputa da América Portuguesa**

---

<sup>15</sup> A carne humana era uma prática comum entre alguns grupos indígenas. O principal motivo da alimentação por carne humana era adquirir a sabedoria, inteligência e diversas outras qualidades. O canibalismo ocorria entre membros do mesmo grupo ou de grupos inimigos. Pode-se considerar que comer carne humana possuía um valor simbólico.

<sup>16</sup> Havia diversos conflitos na América Portuguesa. Um exemplo eram os indígenas também, disputavam territórios e acabavam guerrilhando.

A administração da França também tentou conquistar parte do território brasileiro. A esquadra francesa chegou à baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, e no Maranhão ainda no século XVI. Acampamentos foram fixados nessas regiões e os inimigos que ousassem interromper os seus objetivos de conquistar as terras da América Portuguesa estavam sujeitos a conflitos.

Conforme Daniel Rodrigues Aurélio (2010), os franceses que decidiram morar no Brasil deixaram heranças históricas e culturais. A relação da França e os países europeus com Portugal e Espanha tornaram-se conflituosas durante ao advento das grandes navegações.

Primeiramente, os franceses tentaram expandir seus territórios e montar uma feitoria comercial na região da baía litorânea com o intuito de favorecer o fluxo de mercadorias. Em 1554, o militar francês Nicolas Durand de Villegagnon (1510-1571) sucedeu uma expedição anônima em Cabo Frio, situada no Rio de Janeiro, na tentativa de buscar informações sobre o modo de vida e estratégias militares e comerciais dos portugueses que moravam à beira mar.

Nicolas Durand de Villegagnon (1510-1571) pretendeu fundar uma colônia francesa nas proximidades do grupo indígena Tupinambás, situado nos contíguos da baía do Rio de Janeiro. Essa localidade era ponto estratégico, porque os portugueses temiam ataques dos nativos. Em suma, a finalidade dos franceses era fundar na localidade uma grande base naval, com torres altas e resistentes que protegessem a os armamentos que possuíam (MENDONÇA, 2008).

Ao retornar à França, Villegagnon (1510-1571) deu início ao planejamento das metas a serem atingidas, no que diz respeito a implantação da colônia francesa. Para isso contou com a ajuda do almirante Gaspard de Coligny (1519-1572). Com a intenção de compor o exército da França, prisioneiros foram convocados a participarem da milícia a fim de vencerem a Coroa Portuguesa (PRESSER, 1961).

Afirma Antônio Gouvêa Mendonça (2008) que Nicolas Durand de Villegagnon (1510-1571), cuja religião era calvista<sup>17</sup>, comandou a expedição que havia como finalidade erguer uma colônia cujo o nome seria, França Antártica. Neste futuro

---

<sup>17</sup> Calvinismo foi um movimento presente no período da Reforma religiosa na Europa. Era “uma estreita ligação entre ordem eclesiástica e ordem política. “(HORTAL, 1996, p.55) Em outras palavras, o Calvinismo foi um religioso movimento protestante. O calvismo é considerado marca da segunda fase da Reforma Protestante, pois as igrejas de características protestantes iniciaram suas fundações e também a excomunhão de Martinho Lutero (1483-1546) da Igreja Católica.



território francês as diferentes religiões deveriam manter a ordem, pois esse era um período, no qual havia muita rivalidade entre católicos e protestantes.

Diante dos conflitos religiosos entre protestantes e católicos, a Capitania de São Vicente após as novas definições territoriais deu condições para o território da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

### **3. 4 Capitania de São Vicente: delimitação territorial para o Colégio jesuíta**

A expedição marítima de Américo Vespúcio (1451-1512) chegou em São Vicente ainda em 1502 e, em 1519, Fernão de Magalhães (1480-1521) chega ao Rio de Janeiro. Perante o intuito de defender as terras brasileiras, em 1530, Dom João III instituiu o regime de capitanias hereditárias (ASSUNÇÃO, 2007).

Na carta de 20 de novembro de 1530, D. João III, rei de Portugal, refere-se à jurisdição sobre os marinheiros da armada e sobre os habitantes da Colônia a Martim Afonso de Sousa, isto é, da América Portuguesa:

«Dom João & A quantos esta minha carta virem faço saber para que as terras que Martim Afonso de Sousa do meu conselho descobrir na terra do Brasil onde o envio por meu capitão-mor se possam aproveitar, eu por esta minha carta lhe dou poder para que ele dito Martim Afonso possa dar às pessoas que consigo levar, às que na dita terra quiserem viver e povoar, aquela parte das terras que assim achar e descobrir que lhe bem parecer e segundo o merecerem as ditas pessoas por seus serviços e qualidades para as aproveitarem; e as terras que assim der será somente nas vidas daqueles a que as der e mais não e as terras que lhe parecer bem poderá para si tomar porém tanto até me fazer saber e aproveitar e granjear no melhor modo que ele puder e vir que é necessário para bem das ditas terras; (In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1861, t. XXIV, p. 74)

A Expedição voltada à colonização, liderada por Martim Afonso de Souza em 1532, formou a primeira vila do Brasil, chamada São Vicente sob a autorização de D. João III, rei de Portugal, e criou o sistema de capitanias hereditárias. Entre elas estava a Capitania de São Vicente, que compreendia as cercanias da Ilha do Mel até Cabo Frio. Assim, escreve, muitos anos depois, o Pe. José de Anchieta (1933, p. 208):

Nesta vila de São Vicente recolheu-se e recolhe-se algum fruto das pregações e exortações do P. Manuel de Paiva. Nota-se sobretudo nas condições às quais concorrem com gosto até os escravos dos portugueses

e alguns são capazes de destes e de outros sacramentos. Todos, e especialmente os meninos são instruídos na doutrina cristã. O que se observa com diligência onde quer que residam Irmãos.

Para Marisa Saenz Leme (2012), as vivências existentes entre a religiosidade tradicional e o laicismo paulista tiveram uma cultura erudita. São Paulo e Santos eram pontos de desembarque e colonização. A valorização cultural da capitania de São Vicente contrastou com o modo geral sobre suas condições de vida: considerada rústica comparada a outras regiões do sudeste da Colônia e, que se dirá, às do então Norte, de colonização mais antiga.

Dom João III, enviou auxílio para os padres jesuítas e logo após, em 1550, expediu o almoxarife de tais armazéns contribuindo na sustentação de padre Manuel da Nóbrega e alguns amigos. Os religiosos jesuítas recebiam favorecimento para o sustento de seus afazeres na educação e catequização.

As vilas brasileiras tomadas pelos portugueses se estruturaram em modelos seguidos da Península Ibérica na era medieval, apesar de fazer parte do contexto histórico renascentista. A povoação de São Vicente foi fundada por Martim Afonso de Sousa, e desestruturada em 1542, pelo mar. Na Capitania de São Vicente haviam atividades agropecuárias, em desvantagem a uma economia urbana; a simplicidade de costumes que fica evidente, nas moradias, mobílias, vestimentas, isto é na rotina. (LEME, 2003)

A capitania de São Vicente apresentou como sede regional a vila também chamada São Vicente. Localizava-se em uma ilha que foi instituído a vila de Santos, que se tornou necessária, pois São Vicente não tinha porto. Santos, localizado a uma légua de São Vicente, teve o melhor porto.

Em 1550, padre Manuel da Nóbrega ordenou a fundação de um colégio em São Vicente por Leonardo Nunes (1490-1554) e Diogo Jacome (1565-1548). Além de tudo havia na vila a matriz de Nossa Senhora da Assunção, as igrejas de Nossa Senhora da Praia e de Santo Antônio. (LANÇA, 1996)

Segundo Cylaine Maria das Neves (2007), Fernão Cardim, em missão jesuítica, chegou em São Vicente, em 20 de janeiro de 1585, e houve muitas confissões e comunhões, pois era dia de São Sebastião. Havia uma igreja matriz e a casa dos jesuítas, e uma outra construção destinada ao colégio. São Vicente possuía, além de igreja, uma casa que abrigava os padres.

As ruínas do Porto das Naus estiveram ligadas às origens da Vila de São Vicente e funcionou como local de produção e comercialização de produtos da própria vila e da Capitania de São Vicente no século XVI. Terras foram doadas pelo Ir. Pero Correia ao Colégio de S. Vicente no ano de 1553 (LEITE, 1958, v.I, p. 459).

Em 1580, houve a instalação de um engenho do Colégio de São Vicente da Piratininga. Estava localizado entre o atual Morro dos Barbosas e a praia de Itararé. São Vicente apresentou conformação urbana bem mais compacta e maior que Santos.

No interior da baía de Santos havia a presença de muitas frotas de navios europeus, cujo interesse estava centrado nas terras da América Portuguesa, pois a baía dava condições para a entrada de grandes embarcações.

Os conflitos religiosos e tratados políticos e econômicos fizeram parte da colonização da América Portuguesa. Em um primeiro momento a invasão francesa na costa litorânea da Baía da Guanabara na tentativa de estabelecer um local que permitisse a disseminação da religião protestante, isto é o grupo de huguenotes<sup>18</sup> fixariam em território brasileiro sua cultura e religião.

O Padre Leonardo Neves, de acordo com John W. O' Malley (2004), desempenhou papel de bom e fiel operário apostólico junto a população de São Vicente e arredores. Ele até construiu uma Igreja, considerada a mais bonita e favorável no Brasil da época. Quando era preciso, conservava o santíssimo sacramento para grande consolação da população. Foi construída uma residência para acolher os padres que vinham para a missão na América Portuguesa.

Conforme Assunção (2002), em 1552 o padre Manuel da Nóbrega escreveu ao padre Simão Rodrigues, demonstrando a preocupação em fundar um colégio jesuíta para que curumins e indígenas fossem educados nos formatos europeus. Havia uma ilha em que também era conhecida como São Vicente e por lá, já havia um colégio. Os moradores dessa vila avançaram territorialmente em 1553, ao conquistarem a vila de Santo André, localizada na Serra de Paranapiacaba, tendo a ajuda de padre Manuel da Nóbrega (1517-1570).

A Região de Santos possuía extensão territorial que ia do litoral do norte até o centro, e os Tamoios e os Tupinambás habitavam essa região, e a região sul era

---

<sup>18</sup> Huguenotes eram calvistas pertencentes a França. No período do século XVI, haviam muitos conflitos religiosos, entre protestantes (calvismo) e católicos que disputavam a fé dos fiéis cristãos.

ocupada pelos Tupiniquins e no extremo sul os Carijós residiam nessa área. No Vale do Ribeira, região do atual Estado de São Paulo, eram os indígenas Goianos que se estabeleceram. Já os indígenas Purís residiam a serra da Mantiqueira, e nas margens do Rio Tietê era a tribo Tupi.

Em 1556, padre Manuel da Nóbrega criou o Real Colégio de São Paulo de Piratininga, onde hoje é o Pátio do Collegio, no centro da cidade de São Paulo, e foi envolta dele que as moradias da população indígena convertida foram sendo construídas. A construção do colégio foi importante nessa região porque o local possuía terra abastada.

A Grande parte da população que habitava em Santo André se estabeleceram em Piratininga para se protegerem de ataques indígenas de tribos inimigas e viverem em melhor conforto. Ataques indígenas nesse período da história era comum (BARROSO, 1961).

No ano de 1554 foi comemorado a conversão de São Paulo Apóstolo. Este acontecimento marcou o início de São Paulo. A missa celebrada por padre Manuel da Nóbrega e Manuel de Paiva tiveram como participantes os indígenas de Piratininga e alguns religiosos.

O cotidiano da aldeia refletia as práticas religiosas como a realização da missa e procissões. Para a catequização do gentio, padre Manuel da Nóbrega, juntamente com a ajuda de indígenas, construíram uma tapera de barro que abrigava-os. Nesse abrigo havia dormitórios, refeitório, cozinha e escola. Nóbrega, então, enviou os meninos que estudavam no Colégio de São Vicente à aldeia de Piratininga. A casa religiosa era organizada e administrada pelo padre Mateus Nogueira, e como ele consertava muitos instrumentos indígenas, os nativos retribuía com mantimentos.

Nóbrega permaneceu bom tempo na capitania de S. Vicente porque haviam mulheres indígenas trajadas, língua Tupi falada por alguns padres além do português e os indígenas não comiam carne humana. Manuel da Nóbrega, então optou pela vila de Santo André. A casa construída abrigava cerca de vinte pessoas o que foi necessário expandi-la para abrigar todos.

O processo de ocupação e exploração das terras portuguesas ocorreu durante o processo de fundação do colégio jesuítico. Fernão Cardim (1548-1625),

escreve “os padres tem uma vida bem acomodada com sete cubículos, e uma igreja nova e capaz, a cerca é cheia de muitas laranjeiras, limeiras doces (...)” (CARDIM, 1817, p. 68).

Em 1560, juntamente com a Câmara de Vereadores de Santo André e a população se mudaram para o local onde estava o núcleo do Real Colégio de São Paulo de Piratininga. Com isso, o núcleo passou a ser uma vila. Durante a união de Santo André com a vila de São Paulo, alguns indígenas recusaram a aproximarem do Colégio de São Paulo e, assim, fizeram duas aldeias e fixaram-se: São Miguel e Nossa Senhora dos Pinheiros. As vilas possuíam características portuguesas e as casas eram feitas de taipa e outras eram choupanas e o luxo das casas variava de acordo com as posses pertencentes a cada um (SANTOS, 2007).

A educação brasileira no período colonial teve relação com a aculturação, já que os portugueses oportunizaram uma cultura diferente da praticada no Brasil. Demerval Saviani (2011, p. 27) afirma:

Ora, no caso da educação instaurada no âmbito do processo de colonização, trata-se, evidentemente, de aculturação, já que as tradições e os costumes que busca inculcar decorrem de um dinamismo externo, isto é, que vai do meio cultural do colonizador para a situação objeto da colonização.

Conforme Amarilio Ferreira Jr. e Marisa Bittar (2012), a linguagem predominante no século XVI era o tupi indígena e o português dos padres jesuítas, havendo pluralidade linguística. A primeira língua falada era o nheengatu, seu aprendizado era estabelecido aos jesuítas, ou seja, era de cunho obrigatório, isto é o tupi. O segundo mantinha-se restrito às casas de bê-á-bá mantidas pela Companhia de Jesus.

No processo de catequese e educação dos índios o Padre José de Anchieta desenvolveu o teatro como recurso pedagógico. As peças eram criadas e interpretadas em português e tupi, tendo como maior objetivo a catequização e serviu de aculturação, pois introduziu a cultura cristã à cultura indígena. Os primeiros alunos que frequentavam a escola em São Vicente eram mamelucos, os quais eram bilíngues, pois compreendiam o português e o tupi.

Foram Mediante as ações históricas ocorridas tanto em Portugal como no Brasil, especificamente em São Vicente deram condições a formação do Rio de

Janeiro, isto é, o envolvimento da cultura indígena e europeia, educação, economia e política culminaram no desenvolver da cidade de São Sebastião.

A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro é fundada no contexto de demarcações territoriais, isto é, Martim Afonso de Sousa (1490-1571), dividiu a Capitania em duas partes, no qual, a primeira ficou sob seu comando e a área ao norte foi deixada de lado pelo donatário e refundada no ano de 1567, como Capitania Real do Rio de Janeiro, perante a responsabilidade de Salvador Correia de Sá (1540-1631).

## **4 O COLÉGIO DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO**

Apresenta-se no terceiro capítulo a implantação do colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro. Anteriormente ao estabelecimento do instituído da região da Baía da Guanabara, houve conflitos que foram significativos tanto ao desenvolvimento da localidade no qual o estabelecimento escolar foi edificado, como para a própria educação.

A intenção do capítulo é possibilitar refletir sobre a área da história e historiografia da educação. A estrutura do Colégio era organizada sofisticadamente, se olharmos para a realidade social que tínhamos no século XVI, mesmo não sendo para todos, foi sinônimo de educação sistematizada em um local em que havia apenas a educação informal.

### **3.1 Criação do Colégio do Rio de Janeiro**

Em 1554 Nicolas Durand de Villegagnon tornou-se fundador da França Antártica, visitou secretamente a região de Cabo Frio, na costa do Brasil. Com isso, os franceses adquiriam muitas informações junto aos tamoios que relataram os hábitos e costumes dos colonos portugueses que se localizavam próximos a Baía da Guanabara.

A administração da França apresentou como alvo a colonização para a região da Baía da Guanabara. Foi necessário coletar dados importantes sobre os inimigos portugueses para estabelecer expedição com a intenção de instituir uma colônia na região da Baía da Guanabara (BRANDÃO, 2005).

A região pertencente a Baía da Guanabara era impedida de ser explorada pelos portugueses devido à hostilidade dos indígenas. O projeto francês pretendeu transformar a região do Rio de Janeiro em uma base militar e naval, para controlar o comércio com as Índias.

Os franceses que possuíam a nação dividida religiosamente em católicos e protestantes, ao chegarem a região da Baía da Guanabara em 1555, se deparam com a colonos de Portugal, cuja, religião pertencia ao poder católico.

Outros atritos ocorreram entre a Coroa de Portugal e os franceses, pois, os portugueses também possuíam objetivos de expandir a faixa territorial de ocupação, para dar continuidade à sua hegemonia e ao projeto colonizador. A Igreja Católica procurou consolidar seu poder religioso e conquistar outras pessoas para o catolicismo, pois havia perdido muitos fiéis, devido às revoltas protestantes. (SOUZA, 1851)

A tranquilidade acabou em 1555, quando Nicolas Durand Villegagnon (1510-1571), chegou ao Rio de Janeiro, numa ilhota na Guanabara ergueu o forte de Coligny<sup>19</sup>, onde hoje é praia do Flamengo, e espalhou sua pequena vila. De repente havia uma nova colônia na terra, sem controle de Lisboa, um projeto de levar gente e fincar raízes, tomar conta e crescer [...] (DORIA, 2012).

Em 1557 chegou à Baía da Guanabara um grupo de huguenotes que pretendeu construir um estabelecimento que abrigasse os calvinistas, perseguidos<sup>20</sup> na França. Villegaignon, que possuía vínculo com a Igreja Católica perseguiu-os na Guanabara resultando no refúgio e outros foram condenados à morte.

No ano de 1558 os calvinistas franceses foram submetidos a uma confissão de fé, isto é, responderam um questionário e escreveram que a opção religiosa por eles escolhida, os levariam à morte. Neste mesmo ano, o Governador do Estado Mem de Sá (1500-1572), iniciou estreita amizade com padre Nóbrega, pois estabeleceu leis aos indígenas, como: Proibição do canibalismo<sup>21</sup>, coibição de guerras, morar em aldeias grandes. Além disso determinou que se fundassem igrejas e casas aos padres jesuítas.

Outra ação de Mem de Sá que agradou padre Manuel da Nóbrega foi decretar liberdade aos indígenas que estavam mantidos presos devido a conflitos de grupos rivais.

---

<sup>19</sup> O Forte de Coligny, era localizado na ilha de Serjipe (ilha de Villegagnon) fixada na Baía da Guanabara.

<sup>20</sup> A França era uma monarquia religiosa católica. Quando alguns franceses vieram para a América Portuguesa na tentativa de fixar a França Antártica, na região da Baía da Guanabara, grupos de franceses protestantes vieram também para as proximidades da futura cidade de São Sebastião, mas com o intuito de construírem uma nova vida e também estabelecer valores protestantes. Isso provocou a ira da Coroa e da Igreja Católica Francesa. Diante desse contexto, muitos grupos huguenotes foram perseguidos, exilados e mortos.

<sup>21</sup> Quando os portugueses chegaram ao Brasil, os indígenas praticavam o ato de comer a carne humana. Muitas vezes, essa prática era realizada quando ocorriam guerras e a tribo vencedora da batalha se alimentava de seus inimigos ou até mesmo de um próprio companheiro, com o intuito de receber as qualidades humana desses indivíduos.



Os franceses conseguiram garantir posse da Baía da Guanabara e, em consequência, fundaram Henriville, uma nova vila para prestar culto ao rei da França. Villegaignon (1510-1571) possuía como alvo a fundação de uma espécie de nova colônia francesa em solo brasileiro que se localizava nas ilhas de Serigipe, Paranapuã, Uruçu-Mirim e em Laje:

Com as novas deste desastre muito sobressaltados ficaram os portugueses, cujo comércio nunca receberá tão violento golpe. Soubesse da tomada da cidade antes do mais que lhe seguiu, e receava-se, pois não fosse ser intenção dos franceses manter a conquista lembrados de suas antigas pretensões a um país, a que outrora havia dado o nome de França Antártica, e que a descoberta das minas tornara agora mais que nunca importante (SOUTHEY, 1977, v. III, p. 76).

Por outro lado, para ter a posse total da Baía da Guanabara os portugueses decidiram povoar essa localidade, considerando que os franceses não atacariam lugares já ocupados e defendidos por outras nações (SALVADOR, 1918).

Entretanto os franceses perceberam que se não invadissem essa localidade eles não conquistariam o território pertencente ao Rio de Janeiro e, logo, iniciaram a união aos indígenas Tupinambás, para auxiliarem nos momentos de dificuldade e conflitos contra a Coroa Portuguesa e seus membros.

Devido ao fato dos franceses conquistarem a área pertencente aos portugueses, logo tiveram resposta, ou seja, Arariboia<sup>22</sup>, que era chefe da tribo dos temiminós, a quem pertencia a Ilha de Paranapuã (Ilha do Governador, na Baía de Guanabara), estabeleceu uma aliança com os portugueses, conseguindo, assim, reforçar a tropa de conhecedores do território dos inimigos:

Era tão inteiro que, que como se fundava diante de Deus em uma verdade, bem se podia pôr todo o mundo contra elle, como foi nisto da liberdade dos Brasis, em defender as fazendas dos collegios, por serem bens da Igreja, sobre o qual era muitas vezes affrontado por palavras e escripto em resposta de feitos muito feios, que elle deixava passar sem nenhum sentimento, proseguindo com muita paz a justiça dos collegios e orando pelos injuriadores e tratando-os com muito amor; em fazer com o governador Men de Sá, que usasse de força com os índios da Bahia para se ajuntarem em aldeas grandes e igrejas para ouvirem a palavra de Deus, contra o parecer e vontade de todos os moradores, o qual depois se estendeu por toda a costa, que foi meio único de salvação de tantas almas

---

<sup>22</sup> Arariboia, era um chefe da Tribo Terminós, que auxiliou os portugueses na conquista da Baía da Guanabara, contra os tamoios e franceses que se aliaram para estabelecer na região do Rio de Janeiro a França Antártica.

e propagação da Fé, e na constância da povoação do Rio de Janeiro, que a experiência tem mostrado ser elle movido com o espirito de Deus e puro zelo de seu serviço e salvação das almas (NOBREGA, 1931, v. II, p.59).

Luís Grã (1523-1609) assistiu as guerras civis em sua primeira fase. Segundo Serafim Leite (1956), o Governador nos anos de 1553 a 1558, D. Duarte da Costa<sup>23</sup>, o primeiro Bispo do Brasil (1551-1556) D. Pero Fernandes Sardinha<sup>24</sup> (1495-1556) até os fins de 1554, partiram da Bahia para São Vicente. Então, Luís Grã (1523-1609), retornou à Baía da Guanabara e permaneceu na região dos aldeamentos indígenas:

Caso mais grave sucedia no sul. Durante o governo inquieto de D. Duarte da Costa, estabeleceram-se os franceses, sob o comando de Villegaignon, cavaleiro de Rodes, numa ilha da baía de Guanabara. Aliaram-se com os tamoios. Com um pé assim no Brasil, facilmente atingiriam a Ilha de Santa Helena e o Cabo da Boa-Esperança. Dali a ter outro pé na Índia, como advertia Luiz de Góis, não ia muito. Semelhante escalracho, de mais a mais herético, ameaçava cortar em duas a América portuguesa. A sua infiltração entre as tribos vizinhas colocava-as em estado permanente de desassossego e revolta. Os portugueses, nestes encontros, nem sempre procediam com a devida justiça, e o mal-estar aumentava. Nóbrega resolveu intervir. Pareceu-lhe que o mais expediente era propor aos tamoios pazes equitativas. Se eles as aceitassem, estava resolvida a dificuldade; se as recusassem, passava-se a justiça para o lado dos portugueses (LEITE, 1937, p. 29).

Padre Manuel da Nóbrega pensou em realizar o plano de construção do colégio jesuíta na Baía da Guanabara, desde 1561. “Era a época das primeiras efervescências dos índios. Os tamoios já se tinham confederado contra os portugueses, espicaçados pelos franceses, de quem recebiam ferramentas, espadas e arcabuzes” (LEITE, 1937, p.29).

Aliados aos nativos Tupinambá, os franceses conseguiram dominar o território. Enquanto os portugueses tinham o intuito de expulsá-los, e, para isso, contaram com a ajuda dos indígenas Tamoio, pois os dois grupos indígenas pertencentes à tribo Tupi, mantinham relações tempestuosas. Segundo Serafim Leite, os portugueses tiveram o auxílio de alguns gentios na tentativa de expulsão dos franceses:

---

<sup>23</sup> D. Duarte da Costa, foi administrador da colônia portuguesa. Tornou-se também, governador geral do Brasil (1553-1558)

<sup>24</sup> D. Pero Fernandes Sardinha, foi bispo de São Salvador na Bahia em 1551.

No activo do governo de D. Duarte está o alargamento territorial da autoridade civil, em 1555, sobre o gentio dos arredores da Baía (guerra de Itapuã), circunstância favorável, que os Padres da companhia procuraram utilizar, no que puderam, em benefício da catequese. Como contrapartida inquietadora, nesse mesmo ano, em Novembro de 1555, se estabeleciam os Franceses na baía da Guanabara, grave ocorrência que cortava o Brasil em duas partes; e aí iriam ficar muitos anos seguidos, sem serem inquietados por D. Duarte da Costa, que, aliás, não dispunha de meio adequados para desalojá-los. A presença dos intrusos animava os Índios contrários (Tamoios) e produzia indecisão e efervescência nos índios amigos (Tupis). O perigo era evidente, e urgia remedia-lo. Nobreza em 1557 escreve que se Portugal não provê com brevidade, deitando fora os Franceses e povoando o Rio de Janeiro, perder-se-ia a Capitania de S. Vicente. A advertência, que significava o sentimento colectivo, foi tomada em consideração, e três anos depois destruía-se a fortaleza inimiga, e não tardava a fundar-se a cidade do Rio de Janeiro, restabelecendo-se a unidade territorial do Brasil. (LEITE, 1956, t. II, p.50-51).

A armada de Mem de Sá (1500-1572), o terceiro Governador Geral do Brasil (1558-1572) se fixou na Baía da Guanabara em janeiro 1560, ano em que e contou com “oito embarcações menores. Neste mesmo ano D. Duarte faleceu no confronto. A entrada da Guanabara, essa frota ainda esperou pela chegada de um bergantim e muitas canoas procedentes de São Vicente” (HOLANDA, 1968, v. I, p. 159).

Os franceses, por sua vez, não se intimidaram e em 15 de março de 1560, atacantes desembarcaram nessa região sob o comando de Bois-le-Comte. Afirma Padre Manuel da Nóbrega que “Acudiu Deus neste aperto, porque amanhecendo viu entrar no porto a armada de Estácio de Sá, que o padre Nobrega imaginara estar dentro” (FRANCO,1931, v. II, p. 51).

Conforme a carta de Padre Manuel da Nóbrega, enviada do Brasil ao padre Simão Rodrigues em Lisboa em 1552, as guerras no território brasileiro, em específico o Rio de Janeiro, geraram um processo difícil e conflituoso para a fixação dos portugueses nas terras em volta da Baía da Guanabara:

Fora o caso que Estácio de Sá cuidando pelo que lhe dissera um Tamoyo, que a capitania de S. Vicente estava em guerra e que esta era a causa da tardança do padre Nobrega, seres olvera o dia antes a partir para ella e quiz Deus que o mesmo vento tempestuoso que meteu ao padre Nobrega dentro no rio, obrigou os galeões a nella se recolherem.” (FRANCO, 1931, v. II p.51)

Os jesuítas fundariam o Colégio nas proximidades da Baía da Guanabara durante o processo de povoamento caso os portugueses vencessem a guerra civil contra os franceses, isto é, “em que bem se viu o favor que Deus fizera a todos, pois

o Padre por não poder sair para fora, seria tomado dos Tamoyos e Estácio de Sá faria a jornada de balde, porque nem S. Vicente estava em guerra nem lá acharia ao padre Nobrega” (FRANCO, 1931, v. II, p. 51). O Colégio de São Sebastião foi criado com a intenção de educar de forma sistematizada os estudantes do Rio de Janeiro no século XVI, principalmente aqueles que residiam nas proximidades do Morro do Castelo.

O objetivo da evangelização e educação indígena era dar continuidade à hegemonia católica em meio ao desenvolvimento e crescimento da fé protestante, na tentativa de cumprir a finalidade da Companhia de Jesus de transmitir os princípios da fé católica.

Emparelhada com o Estado português, a Igreja Católica também possuía propósitos de garantir a posse da Baía da Guanabara. Mesmo que a aliança estabelecida no Tratado de Tordesilhas<sup>25</sup> (1494) garantisse a posse territorial aos portugueses, havia uma forte instabilidade. “[...] quando lembrado do tratado de Tordesilhas, que dava posse daquelas bandas com a chancela do papa [...]” (DORIA, 2012, p. 78).

Devido também ao fracasso da política portuguesa das capitânicas hereditárias e pelo não contentamento da Holanda e da França, que invadiam o litoral e contrabandeavam madeira brasileira, os portugueses sentiram necessidade de se proteger de ataques de outros países.

Nos arredores da Baía da Guanabara, em Uruçumirim<sup>26</sup>, os franceses carregaram suas armas com munições e se aliaram aos tamoios para lutar contra os portugueses e temiminós. Mem de Sá expulsou os inimigos da Baía da Guanabara e “basta-lhe chamar-se cidade de São Sebastião para ser favorecida do Senhor e merecimentos do glorioso martir; e acrescentada de Sua Alteza que lhe tem tanta devoção e obrigação (...)” (ANCHIETA, 1988, p. 254).

Conforme Armelle Enders (2000), em 18 de Janeiro do ano de 1565, a frota de navios comandada por Mem de Sá chegou a Baía da Guanabara e, em confronto

---

<sup>25</sup> O Tratado de Tordesilhas foi instituído em 07 de Junho de 1494 e foi realizado entre a Espanha e Portugal que dividia a América Portuguesa em duas partes. A área leste tornou-se território Português e a Espanha tomou para si a parte oeste. Entretanto, esse acordo foi desfeito, devido Portugal não cumprir com as regras e tomar para si e colonizar o território brasileiro para além da demarcação inicial.

<sup>26</sup> Uruçumirim era uma aldeia.

com os indígenas tamoios e colonos franceses, venceram a batalha que visou o território do Rio de Janeiro e expulsaram os inimigos dos territórios.

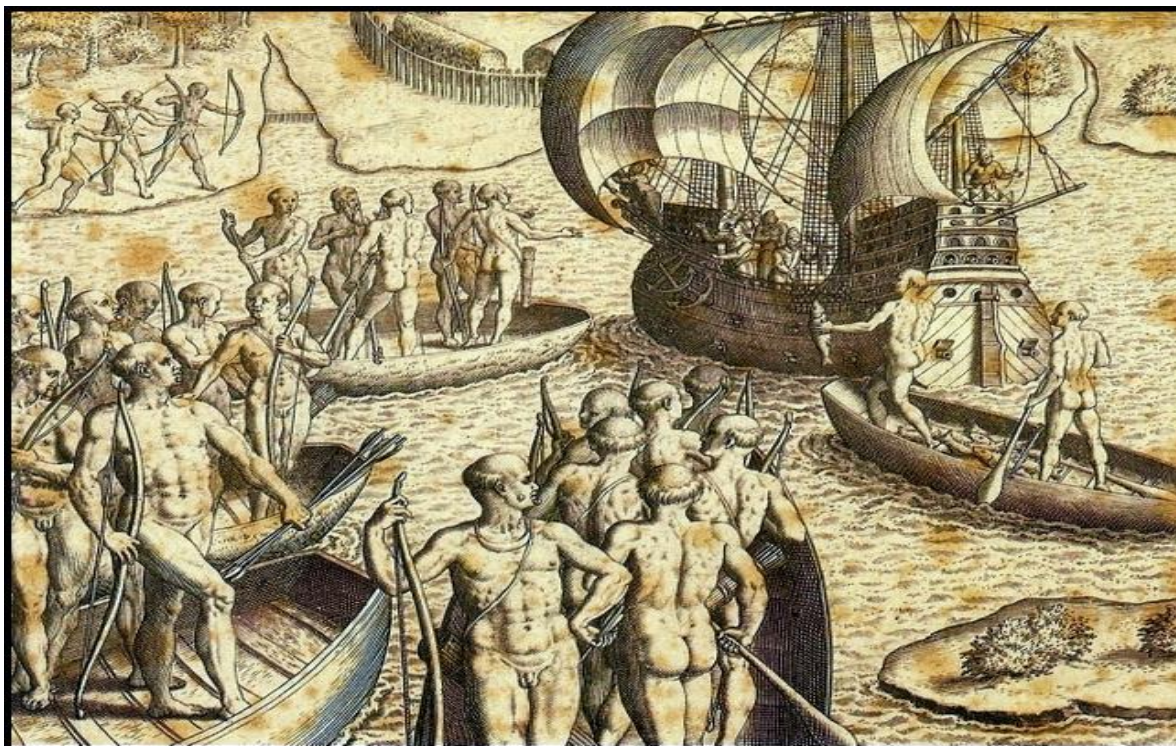


Imagem pertinente ao século XVI, de Theodor de Bry que retrata a disputa portuguesas e tupiniquins às aldeias tupinambás e francesas que se localizavam nas proximidades da Baía de Guanabara.<sup>27</sup>

Diante da ação de expulsão dos Franceses da Baía da Guanabara em 1565, e a instituição da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Manuel da Nóbrega pediu a Estácio de Sá (1520-1567), sobrinho do governador, por intermédio do Padre Gonçalo de Oliveira, terras para a fundação e sustentação do futuro Colégio.

No ano seguinte, em 1567<sup>28</sup>, após a edificação dos Colégios de São Paulo e da Bahia, a Companhia de Jesus iniciou o projeto de construção do Colégio do Rio de Janeiro<sup>29</sup>, pois de acordo com a carta do padre Inácio de Loyola ao padre Manuel da Nóbrega de Roma, datada 1553 ao Brasil, havia a necessidade da expansão dos

---

<sup>27</sup> "Theodor de Bry - Ataque de Portugueses e Tupiniquins às Cabanas Tupinambás" por Theodor de Bry - Scanned from MCM catalogue (1996).

<sup>28</sup> "Antes da atual Praça XV se tornar o grande centro de convergência que foi no século XVII, a cidade do Rio de Janeiro foi originalmente fundada em 1565 junto ao Morro Cara de Cão, como sabemos. No entanto, só permaneceu ali até 1567, quando se transferiu para o Morro do Castelo numa atitude defensiva com medo dos constantes ataques estrangeiros. (...)" (COLCHETE, 2008, p.43)

<sup>29</sup> Vale ressaltar, que o Colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro foi instituído em 1567, entretanto sofreu diversas modificações que se concluíram apenas em 1691, século XVII.

colégios jesuítas devido ao crescimento da Companhia de Jesus e que sob proteção divina contava com a colaboração de todos para as obediências as normas estabelecidas:

Viendo que Dios, nostro criador, y señor, em muchas partes de esa India del Brasil va encendiendo aquele santo fuego, que vino a poner em la tierra sua Unigentio Hijo e Señor nuestro, y que em muchas partes asi mismo se sirve del fraco ministerio de nuestra minima compañia, em manera que, ultra del cuydado que se pone em trabajar cada uno de por sí em la viña de Christo N. señor, es menester que haya, en el, gobierno general, de todas las casas y collegios y personas que ay debaxo de la obediencia de la Compañia, ha parezido conveniente em el divino acatamiento que uno tubiese cargo de Provincial em esas partes, el qual, aunque tenga communicación mucha y intelligentia con Portugal, esté todavia inmediatamente debaxo del, Preposito General, como lo está el de la Índia de Goa[...].” (NOBREGA, 1931, v.II, p.507)

Os franceses permaneceram em território da Baía de Guanabara até 1571 e como não possuíam propriedades seguiram o caminho de volta à Europa, e, alguns poucos conseguiram manter a posse de terras, permaneceram na Guanabara. “Foram viver com os índios Tupinambás e, com eles, ergueram duas novas fortalezas à moda nativa, com cercas de madeira e ocas cobertas com sapê” (DORIA, 2012, p. 96).

Quando a administração de Portugal soube da guerra territorial entre os portugueses e franceses, ordenou a povoação do Rio de Janeiro, opção essa que romperia com os objetivos dos franceses em fixarem-se na região e fundar a França Antártica (DAHER, 2007).

No dia da Páscoa, padre Manuel da Nóbrega realizou uma missa na ilha Francesa, com o intuito de fazer com os portugueses deixassem de possuir medo em relação aos grupos tamoios<sup>30</sup>.

Mem de Sá ofereceu a capitania do Rio de Janeiro a Estácio de Sá, seu sobrinho, que iniciou o processo de povoamento<sup>31</sup> na região da península de São João localizada entre o morro do Cão e o Pão de açúcar. Este lugar passou a ser

---

<sup>30</sup> “Com o fim das ameaças e o crescimento da população, São Sebastião do Rio de Janeiro se estende pouco a pouco. Surgem casas nos morros vizinhos, de São Bento, Santo Antônio, da conceição, e depois ao longo da margem. (...)”. (ENDERS, 2000, p.37)

<sup>31</sup> Os primeiros tempos de São Sebastião do Rio de Janeiro ilustram os obstáculos que os portugueses enfrentaram para impor sua presença na região. (ENDERS, 2000, p. 35). A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro contou também com Câmara Municipal, capela, igreja e escola de primeiras letras. (Atlas de centros históricos do Brasil, 2007)

chamada de São Sebastião, assim que tornou-se cidade. Após a derrota do grupo Tamoio, Arariboia recebeu da Coroa Portuguesa um terreno próximo à Ilha do Governador (HOLANDA, 1968).

A carta, de Padre José de Anchieta<sup>32</sup> escrita na Bahia, 9 de Julho de 1565, retrata que a cidade foi fundada no último dia de fevereiro e a vinda de padre Gonçalo de Oliveira e José de Anchieta, a São Sebastião foi essencial a iniciativa de construção do Colégio.

Conforme Padre Manuel da Nóbrega (1931), Mem de Sá determinou os espaços territoriais para a construção do Colégio Jesuíta na região. Nóbrega tornou-se superior da instituição educacional e das casas de bê-á-bá. Já Salvador Correia de Sá<sup>33</sup> tornou-se governador do conselho organizado pelo missionário. Residiram no Rio de Janeiro nos primeiros anos de sua implantação:

(...) entre 1565 e 1600, 13 de 1601 a 1620 e, depois desta data, 67 famílias. Porém, aquelas primeiras 14 “casas” deram origem, via casamento de suas rebentas ao longo do quinhentos e seiscentos, a mais 44 famílias igualmente com fábricas de açúcar: a esse conjunto de famílias desembarcadas antes de 1600 — inclusive seus descendentes — e que venceram os franceses e tamoios, conquistando o recôncavo da Guanabara em nome del Rey, chamarei de agora em diante de conquistadoras (FRAGOSO, 2001, p. 32).

O padre Manoel da Nóbrega já possuía o intuito de edificar o Colégio jesuíta no Rio de Janeiro e, com a fundação da cidade de São Sebastião em 1567, isso se tornou possível, porém, devido à sua morte em 17 de outubro de 1570, não conseguiu acompanhar essa obra jesuítica, entretanto a ação ficou a cargo do padre Gonçalo de Oliveira.

Para edificarem o colégio foram trazidos de Portugal todo o material. Afirma José Antônio Nonato (2000) que havia muita dificuldade para subir o Morro do Castelo, com os instrumentos para a construção do estabelecimento.

Os recursos utilizados para a construção do colégio partiram do financiamento da corte portuguesa. A insuficiência de recursos para executar o projeto de construção do colégio fez com que a administração de Portugal a ajustasse e terminasse a construção do colégio apenas em 1691.

---

<sup>32</sup> Padre José de Anchieta dirigiu o Colégio jesuíta do Rio de Janeiro por três anos, isto é de 1570 a 1573.

<sup>33</sup> Salvador Correia de Sá, foi militar e governou o Rio de Janeiro duas vezes.

## 4.2 Os formadores do Colégio e o conteúdo pedagógico

A Companhia de Jesus contribuiu muito para a educação brasileira. Analisando o ensino jesuítico, é visível o relacionamento entre o educar e a abrangência dos colégios jesuíticos. Maria Lúcia Spedo Hilsdorf (2003) afirma que os jesuítas eram socializadores do conhecimento e também educadores das crianças indígenas, assim como dos adultos e filhos dos colonos no Brasil Colônia.

O colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro foi o local designado para abrigar os estudantes a se tornarem padres. A condição de entrada dos estudantes no estabelecimento de ensino era possuir o domínio básico do curso de primeiras letras. Os alunos desse estabelecimento escolar eram muitas vezes oriundos de famílias que possuíam boas condições de vida e alguns meninos pobres que se destacavam pela dedicação e gosto ao conhecimento.

Em 1599<sup>34</sup> o *Ratio Studiorum* foi implantado com normas para o ensino nos colégios da Companhia de Jesus e possuía o objetivo de organizar os afazeres, os exames e os métodos de ensino de modo que inovaram a educação do período, na tentativa de estabelecer parâmetros em todos os estabelecimentos de ensino.

O *Ratio Studiorum* estabeleceu-se no período quinhentista e manteve-se associado ao processo de Reforma da Igreja Católica, sendo o plano pedagógico da Companhia de Jesus. Tanto a formação, estrutura e dinâmica, acompanharam a mudança e conservação do século XVI, um período de muita movimentação em todos os aspectos da vida.

A elaboração do *Ratio Studiorum* era constituída em código, isto é, conjunto de métodos sistematizado legalmente. Esse plano de estudo jesuíta apresenta a hierarquia da ordem e do governo nos colégios. O curso de Humanidades preparava para os estudos filosóficos, sendo assim, abria olhar para a Teologia.

---

<sup>34</sup> Mesmo o *Ratio Studiorum* sendo implantado em 1599, esse ensino já era utilizado mesmo não havendo uma regulamentação que tornasse o plano de ensino modelo a ser seguido em todos os Colégios da Companhia.



No Colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro era ofertado o curso<sup>35</sup> de Filosofia, Teologia Moral, Algarismo e Humanidades. O Ratio Studiorum, instituído, trouxe a proposta de três cursos: Humanidades, Filosofia e Teologia.

Vale ressaltar que a educação no período colonial brasileiro não era para todos<sup>36</sup> e, sim, para aqueles que eram privilegiados. No colégio, aqueles que possuíam boas condições de vida, e possuíam disciplina religiosa seguiam a rotina de estudos de consciência, latinidade e primeiras letras. E, com isso, os estudantes rezavam, confessavam e saíam as ruas pregando o evangelho.

### **4.3 A organização do Colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro**

O Colégio do Rio de Janeiro atuava como local de ensino e de centralização administrativa e possuía o ensino de primeiras letras, bons costumes e latim para alunos internos e externos. O Colégio contava com vários setores como igreja, livraria e missões: “Com as chamadas missões rurais, o âmbito de ação do Colégio do Rio ia dos Campos dos Goitacases e Sul do Espírito Santo até Santos ou S. Paulo, por terra e mar” (LEITE, 2004, t. IV, p.424).

Conforme Maria de Fatima Medeiros Barbosa (2005), o primeiro reitor do estabelecimento de ensino do Rio de Janeiro foi padre Manuel da Nóbrega (1517-1570), que contou com o auxílio dos missionários Antônio Rodrigues e Fernão Luís.

---

<sup>35</sup> Nota-se a presença do ensino filosófico no estabelecimento de ensino, pois “o colégio do Rio de Janeiro, fundado ainda no século XVI, no Morro do Castelo, começou a oferecer o curso de Filosofia em 1638.” (CUNHA, 2007, p. 35)

Já o ensino do grego e o hebraico faziam parte do ensinamento jesuítico, pois “Segundo o Ratio Studiorum, o Curso de Letras abrangia o estudo dos grandes autores não só latinos, mas também gregos.” (LEITE, 2004, VII. p.59).

Quanto ao hebraico, escreve que “Depois da chegada do Ratio Studiorum e da reorganização feita por ele dos estudos gerais, o grego começou a ser estudado a não ser por aptidão, ao menos com as noções essenciais dessa língua [...]” (LEITE, 2004, t. VII p.59)

Em 1619 foram abertas no colégio duas classes de Humanidades para internos e elementares de ler e escrever para estudantes externos. Ao terminar o curso de Teologia Moral, os estudantes poderiam estudar no Colégio da Bahia e concluir seus estudos em Teologia Especulativa.

O ensino da matemática no Brasil colonial foi pautado pelos exercícios de algarismos, ou primeiras operações, ensino gradativamente elevado, título genérico, para designar maior e menor desenvolvimento. O curso de História e Geografia estava incluído na disciplina de Humanidades e era essencial ao aprendizado da compreensão correta de textos e “Ensinava-se como subsidio útil à boa interpretação dos clássicos: História Grega e Romana, portanto, nas humanidades e no Curso Teológico, também a história da Igreja” (LEITE, 2004. t. VII, p.61).

<sup>36</sup> A educação nos Colégios Jesuítas não era destinada a todas as crianças, porque não havia as mesmas preocupações que temos hoje. Em outras palavras cada sociedade pensa a educação de um modo e que atinja os objetivos de cada época.

O Morro do Castelo, a igreja jesuíta e o Colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro eram locais de espiritualidade e administração da ordem jesuíta, e reservatório de riquezas que foram contabilizadas e destinadas às frotas de navios dos portugueses.

Fez parte do colégio a Igreja monumental jesuítica, segundo Serafim Leite, por iniciativa do Reitor P. Francisco Xavier e “Além do hospital o Colégio, outras obras então se construíram. O morro ficava tão junto à igreja, que às vezes a água, que dele escorria entrava pela porta lateral” (LEITE, 2004, t. IV p.423).

Os religiosos da Companhia procuravam difundir a fé cristã católica, fazendo com houvesse qualidade nos colégios e eram abastecidos por trocas de mercadorias. Os padres recebiam também doações de fiéis. O clero estabelecia regras para os monumentos sagrados, dominavam as terras e cada vez conquistavam mais. À medida que a igreja era submetida à Coroa pelo Padroado Régio, recebia também o dízimo:

Instalados nas principais vilas da colônia os colégios foram viabilizados porque, em troca dessa tarefa de educar os meninos brancos, a Coroa, já dominada pela burguesia mercantil ofereceu para o sustento da ação missionárias nessas instituições o recurso da redizima uma taxa que era arrecadada (geralmente em espécie, isto é, açúcar) sobre 10% das dizimas que recolhia. No século XVI os primeiros “padrões de redizima” foram aplicadas às casas da Bahia (1564), Rio de Janeiro (1568) e Olinda (1576), transformando-as, então, em colégios para oferecer gratuitamente ensino secundário de humanidades, como se fazia na Europa, para a clientela letrada. (HILSDORF, 2003, p. 08-09).

De acordo com José Antônio Nonato e Nubia Melhen Santos (2000), houve crítica por parte de Gabriel Soares de Souza (1540 -1591)<sup>37</sup> em relação ao Colégio do Rio de Janeiro, pois ele não acreditava que se podia aprender alguma coisa na instituição de ensino. Entretanto as crianças que frequentaram o estabelecimento de educação aprenderam a doutrina cristã e as algumas das disciplinas propostas pelo Ratio Studiorum.

A infraestrutura do Colégio São Sebastião do Rio de Janeiro era fundamentada na *Acta in Congregationis Generalis*<sup>38</sup> descrita por Anna Maria

---

<sup>37</sup> Gabriel Soares de Souza, foi um grande historiador do Brasil e escritor de uma bela obra: Tratado Descritivo do Brasil em 1587.

<sup>38</sup> A *Acta in Congregationis Generalis* normatizava regras que entre elas estão as edificações da Companhia de Jesus.

Monteiro de Carvalho. As regras, fixadas em 1565, diziam respeito a relação arquitetônica da solidez e higiene sobre a decoração do ambiente (NONATO; SANTOS, 2000).

Os Colégios da Companhia de Jesus no Brasil funcionavam seis dias por semana e cinco horas por dia, dividido em dois expedientes, e essa organização também se aplicava ao Colégio do Rio de Janeiro. Conforme Luiz Antônio da Cunha (2007), havia duas horas de estudo pela manhã, entre as 8 e as 10 horas e das 15 às 17 horas da tarde. Após o horário de aula de cada turno havia meia hora destinada as discussões de dúvidas que os estudantes possuíam, totalizado uma hora de aula. As férias ocorriam durante os meses de dezembro e janeiro.

A primeira biblioteca pública do Rio de Janeiro estava no Colégio. A livraria contava com livros, tais como, a coletânea de Aristóteles, Platão, Plínio e Virgílio. A maioria dos livros era trazida da Europa por padres que vinham de lá ao Brasil e a literatura redigida pelos jesuítas era considerada legal e, por isso, ela era disponibilizada à comunidade:

Os livros mais utilizados eram os referentes aos cursos de Humanidades, Filosofia e Teologia, em razão de formarem o currículo dos colégios jesuítas. Ressalte-se ainda sobre a biblioteca que, no Século XVIII, houve uma intensa campanha de combate ao cupim e à traça, em consequência da preocupação de se preservar a chegada de mais livros provenientes de Lisboa e da Europa. Pode-se considerar que o conhecimento acerca do Colégio do Rio de Janeiro faz-se imprescindível, na medida em que foi tido, na própria época, com o mesmo grau de relevância que o Colégio da Bahia. (WREGGE, 2012, p. 1331).

A igreja<sup>39</sup> era uma muito importante para aquela sociedade, pois segundo Serafim Leite “O colégio é também a casa de exercícios espirituais de S. Inácio e não só para os de casa” (LEITE, VII, 2004. p. 423). Outro aspecto relevante era constituído pelas missões rurais, que permitia o cultivo da terra e de uso de técnicas

---

<sup>39</sup> A igreja de Santo Inácio, construída no Morro do Castelo, em 1585. Uma nova igreja foi inaugurada em 1588.

Apesar do grande número de igrejas coloniais preservadas na cidade, alguns importantes exemplares foram demolidos, sendo consideradas perdas inestimáveis para o patrimônio histórico e cultural do Rio. Entre elas estão as igrejas quinhentistas do morro do castelo, a Sé ou igreja de São Sebastião e do daquela do Colégio dos jesuítas. A primeira, especialmente por seu valor histórico, pois tendo sofrido várias reformas apresenta-se em grande parte descaracterizada; e a igreja do Colégio por seu valor como protótipo formal para as fachadas locais. Junto com esta última foram demolidas as ruínas da igreja nova dos jesuítas, iniciada em 1742 e abandonada com a expulsão da Companhia do Brasil em 1759 (...). (CARVALHO; NÓBREGA; SÁ, 2000, p.19)

agrícolas, ensinadas pelos religiosos e que cobria grande extensão territorial. Os padres jesuítas tinham plantações que lhes davam outras fontes de renda, não contando, assim, apenas com os dízimos pago pelos fiéis:

Com as chamadas missões rurais, o âmbito de ação do Colégio do Rio ia dos Campos dos Goitacases e sul do Espírito Santo até Santos ou S. Paulo, por terra e mar, também às vezes mais ao sul até a Laguna e o Rio da Prata, onde os Padres do Rio de Janeiro fundaram a Casa, depois, do Colégio, da Colônia do Sacramento (LEITE, 2004. t. IV, p. 424).



Igreja dos Jesuítas. A construção é do século XVI

Igreja pertencente ao Colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro, no Morro do Castelo. Imagem retirada do sítio eletrônico: Rede Cultura. Disponível em: <<http://redecultura.ning.com/group/historiario>> Acesso em: 28 Set. 2014.

O colégio não atendia apenas os estudantes, mas os que quisessem orar e ler os livros da biblioteca. Serafim Lite nos diz que “a igreja acompanhava o desenvolvimento do colégio. Não a primeira, senão já a segunda, inaugurou-se a 25 de dezembro de 1588, e logo os altares, com que se adorna, se começou a celebrar missa” (LEITE, 2004, t. IV, p.423).

O Colégio do Rio de Janeiro estava fortemente ligado aos aldeamentos que supriam as necessidades de alimentos da população e os pedidos da Coroa portuguesa. A fazenda de Santa Cruz, que era um latifúndio que gozava de uma medida de 10 léguas em quadra, localizada em Vassouras, na Marinha da Serra até a Serra de Matacões; a fazenda São Francisco Xavier situava-se nos arredores do aldeamento de São Lourenço, em Niterói; a de Macacu, localizava-se ao aldeamento de São Barnabé, nos Campos de Goitacazes (LEITE, 2004, t. IV, p.423).

A botica<sup>40</sup> guarnecia remédios aos doentes e supria as demais farmácias de algumas fazendas e aldeias que existiam no Rio de Janeiro. A elite local se beneficiava com o atendimento gratuito durante epidemias e as pessoas que não tivessem condições podiam desfrutar de um atendimento gratuito. O colégio ainda contou com os espaços estruturais como celas<sup>41</sup>, salas de aula e oficinas, copa, cozinha e refeitório. Assim, afirma Luiz Antônio Constant Rodrigues da Cunha (2007, p.37-38) “O colégio do Rio de Janeiro, pelo fato de dispor de duas enfermarias e uma botica, onde se fabricavam medicamentos (...)”

Conforme Santos Filho (1947), no século XVI, antes da instituição das enfermarias jesuíticas e dos hospitais da Misericórdia, os soldados militares eram atendidos e medicados em alojamentos ou em casas particulares. O hospital da Misericórdia no Rio de Janeiro teve funcionamento decretado em 1657, data de início de fundação do Colégio de São Sebastião.

O hospital possuía uma enfermaria e, de acordo com Rachel Wrege (2012), detinha repartições que contavam com uma lateral que ficavam à parte do cuidado dos padres. Ali era feito, por exemplo, o atendimento de escravos que se machucavam durante o trabalho nas fazendas, além de pessoas de fora da Companhia de Jesus. Havia também alas femininas e masculinas separadas. No que se diz respeito à clínica, Serafim Leite afirma que:

Além do hospital do Colégio, outras obras então se constituíram. O Morro ficava tão junto à igreja, que às vezes a água, que dele escorria, entrava pela porta lateral. Cortou-se essa parte do morro e fez-se um lago espaçoso, murado e magnífico, que facilitava o acesso. Para estas obras e para o forno de Cal necessário as mesmas construções, havia Mestre de Obras, secular, que dirigia os operários, quase todos escravos peritos do Colégio, canteiros, pedreiros e alvanéis. Ajudou mais algum pedreiro de fora para tudo ir mais depressa. Os gastos destas e de outras construções durante o Reitorado de Luiz de Carvalho, sobem a soma, a altíssima para o tempo, de 174.742\$457 réis. (LEITE, 2004, t. IV, p.423)

O colégio jesuíta possuía 200 metros de comprimento, três andares e várias celas, onde residiam, no seu início, Anchieta, Gouveia, Cardim e Simão de

---

<sup>40</sup> Afirma Flavio Coelho Edler (2006), que a botica do Rio de Janeiro possuía o funcionamento no Morro do Castelo.

Vasconcelos e Manuel da Nóbrega.<sup>42</sup> Em 1587, o estabelecimento passou por reformas, resultando na ampliação da casa convencional.

O Colégio do Rio de Janeiro conservou-se no Morro do Castelo até os jesuítas serem expulsos no ano de 1759 e a igreja que era extensão do estabelecimento de ensino teve interrompido o novo templo que substituiria o antigo santuário.

Após a expulsão, primeiramente tornou-se palácio<sup>43</sup>, depois hospital, escola de medicina e novamente o estabelecimento passou a ser o Hospital Militar da Corte portuguesa<sup>44</sup>. Iniciaram-se em seguida, reformas educacionais que, ao longo da história, continuaram mudando na tentativa de atender à demanda social por educação escolar (NONATO; SANTOS, 2000).



*No alto do morro, o complexo jesuítico – igreja e colégio –, de onde os padres foram expulsos em 1759.*

A imagem acima retrata o Morro do Castelo na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em especial a arquitetura do colégio Jesuíta de São Sebastião e a igreja. (Retirada do livro *Tesouros do Morro do Castelo: mistério e história nos subterrâneos do Rio de Janeiro*, publicado em 2008.<sup>45</sup>

À vista da organização do Colégio do São Sebastião, é indispensável percebê-lo como parte integrante da sociedade do Rio de Janeiro no século XVI,

<sup>42</sup> Padre Manuel da Nóbrega, foi o primeiro reitor e morreu no Rio de Janeiro.

<sup>43</sup> (...) O colégio foi transformado brevemente em residência dos vice-reis. (...)” (KESSEL, 2008, p.30)

<sup>44</sup> A Coroa Portuguesa chegou ao Brasil em 1808 e como os jesuítas foram expulsos de dar continuidade ao processo educativo na cidade de São Sebastião, utilizaram como base para o hospital militar. Em outras palavras, devido a conflitos entre Portugal e França, por conta do não atendimento da Coroa lusitana em cumprir o bloqueio continental determinado por Napoleão em oposição a Inglaterra, a família real portuguesa passou a residir no Rio de Janeiro.

<sup>45</sup> Imagem retirada do livro: NONATO; José Antônio; SANTOS, Nubia Melhen. *Era uma vez o Morro do Castelo*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

pois era por meio do ensino do estabelecimento de ensino que as demais gerações receberam e puderam dar continuidade ao conhecimento anterior e assim aprimorar os novos saberes.

No fim do século XVI, o Rio de Janeiro, principalmente na área do Morro do Castelo, não sofria tantos ataques de inimigos portugueses e a economia da cidade era baseada na plantação de cana-de-açúcar. Mesmo o colégio deixando de existir na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, ele implicou, além do desenvolvimento do estabelecimento de ensino jesuíta, por meio das práticas políticas da Coroa portuguesa, na afirmação da economia da cidade.

A partir do desenvolvimento populacional, econômico, político e histórico de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1763 tornou-se capital do Brasil e esse título manteve-se até 1960, quando foi inaugurada Brasília, a atual capital do país.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se considerar que o Colégio de São Sebastião apresenta poucas informações, pois durante a consulta de bibliografias sobre a instituição educativa ou acerca da cidade do Rio de Janeiro, o estabelecimento de ensino muitas vezes foi apenas mencionado ou nem citado nas investigações historiográficas.

Outro fator que contribui para a existência de poucos relatos sobre o Colégio do Rio de Janeiro é que o Morro do Castelo foi extinto no governo do prefeito Carlos Sampaio em 1921. A justificativa do representante político era que o espaço que residiam uma enorme quantidade de trabalhadores estava abarrotado de antigos casarões e cortiços, nas proximidades do centro da cidade.

A instauração do estabelecimento de ensino em São Sebastião passou por um processo histórico e humanístico que teve início em Portugal. As ações ocorridas em Portugal foram fundamentais para a descoberta e povoação da América Portuguesa.

As delimitações territoriais da Capitânia de São Vicente que foram estabelecidas por Martim Afonso de Souza, foi essencial para a demarcar o espaço em que localizou o Colégio e a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. A instituição de ensino de São Sebastião foi um importante centro cultural da sociedade do Morro do Castelo. A instituição de ensino foi para os jesuítas, instrumento de relação, ensino aprendizagem aos estudantes.

Ainda há muito a ser pesquisado sobre o Colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro. Desse modo, há muito o que ser pesquisado sobre a prática pedagógica dos padres jesuítas e até mesmo a organização escolar do estabelecimento de ensino, a fim de haver novas reflexões sobre a História da Educação.

O colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro foi extinto em 1759, entretanto não esquecido historicamente. Ainda esteve associado durante dois séculos aos acontecimentos de cunho militar, econômico, social e político e fazendo história no Brasil, além de oferecer formação eclesiástica a crianças que se tornaram padres-professores do período colonial no Rio de Janeiro.

Até mesmo o relógio da instituição era utilizado pela cidade, assim como a botica, o hospital, as missões rurais e o mais relevante, a garantia da educação de



muitas gerações, o que culminou em um amplo desenvolvimento do Rio de Janeiro e de modo geral do Brasil, pois o processo de educação formal ocorreu em várias partes do Brasil.

O colégio do Rio de Janeiro, sem dúvida, foi essencial para que compreendamos que a educação que encontramos hoje no Brasil. A instituição do Colégio “não surgiu” e sim, foi uma ação constituída pelas relações humanas que com o passar do tempo foram aprimoradas diante do domínio cada vez maior da natureza.

A colonização do Rio de Janeiro só foi possível devido duas vertentes: Coroa Portuguesa e Igreja Católica. Enquanto a administração portuguesa pretendia expandir seus territórios e se beneficiar dos produtos oferecidos pelas novas localidades que iam sendo encontradas, a ação dos padres jesuítas eram de expansão do cristianismo que havia sofrido repressão pelo protestantismo.

Diante da fé católica portuguesa, a Terra de Vera Cruz (nome que os portugueses atribuíram ao Brasil), tornou-se herdeira da doutrina religiosa. Os jesuítas foram os professores da catequese nas casas de bê-á-bá e formadores dos futuros padres.

Os padres jesuítas, no período do século XVI, realizavam as atividades religiosas da Igreja, formavam novos profissionais e, também, ensinavam sua doutrina cristã às crianças. A implantação do Colégio do Rio de Janeiro, demonstra a educação sistematizada que permeou a ação jesuíta no período colonial no Brasil. A construção do estabelecimento de ensino esteve atrelada ao desenvolvimento da cidade de São Sebastião.

Esta pesquisa, procurou motivar a todos os profissionais da educação a pensarem sobre o conhecimento já elaborado na sociedade colonial para o ensino formal e superior. Outra importante contribuição da investigação acadêmica é instigar pedagogos e estudiosos da área da história e historiografia da educação analisar como as relações sociais, culturais, econômicas, educacionais e políticas eram organizadas e quais as modificações que houveram durante as rupturas e permanências organizadas pela sociedade.

O estudo sobre história da educação do Colégio do Rio de Janeiro, propôs formação científica, pois analisou-se como os seres humanos realizaram a história

com o passar do tempo. A investigação historiográfica ainda, viabilizou a compreensão o método jesuíta de ensino, que permite reflexão a todos aqueles que procuram compreender a educação não como uma unidade e sim, como um conjunto de fatores que envolve o passado cultural da sociedade.

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve grande relevância para minha formação acadêmica. A pesquisa permitiu compreender que a educação que conhecemos hoje foi processo histórico pautado no trabalho humano. É por meio do trabalho do homem que o homem modifica a natureza e transforma para melhor atender suas necessidades. Sabendo disso, a pesquisa contribui para novas reflexões acerca da ação pedagógica jesuíta sem considerar o momento em que essa prática foi realizada.

Em suma, o estudo apresenta que a modernidade e o conhecimento que temos hoje, passou pela construção de diversas sociedades. Sendo assim, enquanto professores é necessário chamarmos a atenção de nossos alunos para que eles compreendam um fato atual como necessário de buscar respostas nas origens dos acontecimentos históricos como produções humanas.

## REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, L. F. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII.** São Paulo: Companhia Das Letras, 2000.
- ANCHIETA, José de. **Carta ao padre Diogo Mirão, da Baía, a 9 de julho de 1565.** In: Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1988. p.257-267.
- \_\_\_\_\_. José. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594).** Rio de Janeiro, Biblioteca de Cultura Nacional, 1933.
- \_\_\_\_\_. **Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões.** Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1988.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia.** 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- ASSUNÇÃO, P. **A cidade de São Paulo no período colonial: as cartas jesuítas.** Ano XIII, nº 50, USJT, 2007. Disponível em: <[ftp://ftp.usjt.br/pub/revint/205\\_50.pdf](ftp://ftp.usjt.br/pub/revint/205_50.pdf)> Acesso em: 23 Jan. 2014.
- ASSUNÇÃO, P. **Negócios Jesuíticos:** O cotidiano da administração dos bens divinos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- ASSUNÇÃO, P. Escravidão nas Propriedades Jesuíticas: Entre a caridade cristã e a violência. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 15, nº 1, p. 115-132, jan/jun 2002 - pág.115. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/257/219>> data de acesso: 01 nov. 2012
- AURÉLIO, D. R. **A extraordinária história do Brasil.** vol. I. São Paulo: Universo dos Livros, 2010.
- BARBOSA, Maria de Fatima Medeiros. **As letras e a cruz:** pedagogia da fé e estética religiosa na experiência religiosa de Anchieta, S.I (1534-1597). Roma: E.P.U.G, 2005.
- BARROSO, Gustavo. **Segredos e revelações da História do Brasil.** Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1961.
- BRANDÃO, R. P. Relações Étnicas na Conquista da Guanabara: índios e o domínio do Atlântico Sul. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: **ANPUH**, 2005. p.01-08. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/RPBrandao.pdf>> Data de acesso: 01 dez. 2012.

CARDIM, Fernão. **Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilheos, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente, S. Paulo, etc. [...]**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1817.

CARNEIRO, Henrique Soares. **Bebida, Abstinência E Temperança**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

CARVALHO, Cláudia; NÓBREGA, Cláudia; SÁ, Marcos. **Introdução**. In: CAZAJKOWSKI, Jorge. (orgs.) **Guia da arquitetura colonial, neoclássica e romântica no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000.

COLCHETE FILHO, Antonio. **Praça XV: projetos do espaço público**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

COSTA, J. S. G. Educação jesuítica e dualidade social: Um olhar sobre as Práticas educativas formais no Brasil Colônia. **Mneme – Revista de Humanidades**. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. Disponível em [www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais) Acesso em: 26/09/20

**Código de direito canônico português**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas**. 3º ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, Cristiane Silveira. [et. al]. A Importância da Chegada da Família Real Portuguesa para o Ensino Médico e a Medicina Brasileira. **Revista Praxis**, ano I, nº 1 - janeiro 2009. Disponível em: <http://web.unifoa.edu.br/praxis/numeros/01/11.pdf> Acesso em: 27 Set. 20014.

DAHER, A. **A Queda da Monarquia Francesa: Luís XVI, Maria Antonieta e o Barão do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

DEZORDI, L. L. **Fundamentos da Economia**. Curitiba: IESDE Brasil S. A.; 2010.

DINIZ, E. **Globalização, estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio**. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

**Diretrizes da formação da Companhia de Jesus no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

DORIA, P. **1565 enquanto o Brasil nascia: A aventura de portugueses, franceses, índios e negros na fundação do país**. 1 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

DREHER, M. N. **A Crise E Renovação Da Igreja No Período Da Reforma**. v.III. 4º ed. Rio Grande do Sul: Editora Sinodal, 1996.

ENDERS, Armelle. **A história do Rio de Janeiro**. 2<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora Gryphus, 2000.

EDLER, Flavio Coelho. **Boticas & farmacias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

FRAGOSO, João. **A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)**. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XV-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

FRAGOSO, J; BICALHO; F. M. GÔUVEIA, F. M. **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa: (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

FRANCO, J. F. **Relações entre a Igreja e o Estado em Portugal**. Tempos e modos: Casamento, Divórcio e União de Facto. Lisboa: CLEPUL, 2011.

FRANCO, Antônio. **Do grande zelo que o padre Manuel da Nóbrega teve na conquista do Rio de Janeiro e do que nisso passou e como ali faleceu santamente**. In: NÓBREGA, M. **Cartas do Brasil: (1549-1560)**. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931. p. 50-55.

FERREIRA, Amarilio. JR. BITTAR, Marisa. Pluralidade linguística escola de bê-á-bá e teatro jesuítico no Brasil século XVI. **Revista Educação Sociológica**, Campinas, vol. 25, n. 86, p. 171-195, abril 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n86/v25n86a09.pdf>> Data de acesso: 10 Agosto 2012, p. 117-191.

FRIDMAN, F; MACEDO, L. V. A ordem urbana religiosa no Rio de Janeiro colonial. **Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**. v. 1, n. 1 (2006). Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/1002/746>"  
<<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/1002/746>> Acesso em: 08 abr. 2013.

FLORES, Moacyr. **Mundo greco-romano: o sagrado e o profano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

GUIMARÃES, Maria Helena. **Economia política do comércio internacional: teorias e ilustrações**. 1<sup>o</sup> ed. Cascais: Principia, 2005.

HILSDORF, S. L. M. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Thomsom, 2003.

HORTAL, J. **E haverá um só rebanho**: história, doutrina e prática católica do ecumenismo. 2. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HOLANDA, B.S. **A época colonial**: Do descobrimento à expansão territorial. v.I. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

IGLESIAS, M. E. **Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

KESSEL, Carlos. **Tesouros do Morro do Castelo: mistério e história nos subterrâneos do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

LANÇA, Marco Antônio. **São Vicente, a primeira vila do Brasil**. In: Vilas paulistas do século XVI. São Paulo: USP, 1996.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. t. IV, São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. t. VII, São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **Monumenta Brasiliae**. v.II. Roma: Monumenta Histórica Societatis Iesu, 1956.

\_\_\_\_\_. **Monumenta Brasiliae (1563-1568)**. v. IV. Roma: Monumenta Histórica Societatis Iesu, 1960.

\_\_\_\_\_. **Páginas de história do Brasil**. vol.98. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

\_\_\_\_\_. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil – (1538-1553)**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, v. I e v. 3, 1956

LEME, S. Marisa. Vivências culturais paulistas da Ilustração Luso-brasileira. **História** vol.31 no.1 Franca Jan./Jun. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742012000100013>> Acesso em: 05 fev. 2014.

LEME, P. A. T. Pedro. **História da Capitania de São Vicente**. São Paulo: Editora do Senado Federal, 2003.

LEAO, D. N. **Descrição do reino de Portugal**. Lisboa [Portugal]: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2000. p. 152- 159.

LICHTENSTEIN, Jacqueline. **A pintura**: A teologia da imagem e o estatuto da pintura. v. 02. São Paulo: Editora 34, 2004.

LONDONÕ, Fernando Torres. **O diálogo da Conversão do Gentio ou reconstituição dos fins da missão**. In: BINGEMER, Maria Clara Lucchetti;

NEUTZLING, Inácio; Dowell, João A. Mac. **A Globalização e os Jesuítas: origens, história e impactos**. V.II. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MACHADO, Luiz Toledo. **Formação do Brasil e unidade nacional**. São Paulo: IBRASA, 1980.

MAINKA, Peter Johann. **O início da colonização do Brasil no contexto da expansão marítima portuguesa (1415-1549)**. In: TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; RIBAS, Maria Aparecida de Araújo Barreto; SKANLINSKI, Oriomar Junior. v. I. Maringá: EDUEM, 2012. p.17- 88.

MALTA, Augusto. Imagem da Igreja de São Sebastião do Rio de Janeiro, no Morro do Castelo. In: NONATO, José Antônio; SANTOS, Nubia Melhen. **Era uma vez o Morro do Castelo**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Para a crítica da Economia Política do Capital: O rendimento e suas Fontes**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1999.

MARTINS, F. J. de Souza. **Educação e religião em Portugal no Século XVI: o Catecismo Romano e o Ratio Studiorum**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011.

MENDONÇA, A. G. **O Celeste Porvir: A inserção do Protestantismo no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.

MENDONÇA, Henrique Lopes de. **Estudos sobre os navios portugueses nos séculos XV e XVI**. Lisboa: Ministério da Marinha, 1971.

MOURA, D. H. **Educação Católica no Brasil: Passado, presente e futuro**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

NEVES, M. das Cylaine. **A vila de São Paulo de Piratininga: fundação e representação**. São Paulo: Fapespe, 2007.

NÓBREGA, Manuel da. **Cartas do Brasil (1549-1560)**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1988.

\_\_\_\_\_. **Cartas do Brasil (1549-1560)**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1931.

\_\_\_\_\_. **Do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues**. Lisboa. In: LEITE, S. Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (1538-1553). v. I. Coimbra: Tip. da Atlântida, 1956.

NONATO, José Antônio; SANTOS, Nubia Melhen. **Era uma vez o Morro do Castelo**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

O'MALLEY, John W. **Os Primeiros Jesuítas**. São Paulo: EDUSC, 2004.

PENA, Leandro. **Sacrílegas Palavras**: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da UFMG, 2005.

PRESSER, M. **Pequena Enciclopédia para Descobrir o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2006.

PESSÔA, José. **Atlas de centros históricos do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

PITTA, Sebastião da Rocha. **História da América portuguesa**. V. XXX; São Paulo: Clássicos Jackson, 1958.

QUEIROZ, Teresa Aline Pereira de. **O Renascimento**. São Paulo: Editora de São Paulo, 1995.

**Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo 24 (1º trimestre), 1861, pp. 74-79, apud Darcy Ribeiro & Carlos de Araújo Moreira Neto (orgs.) «A fundação do Brasil: Testemunhos, 1500-1700». Petrópolis: Vozes, 1992, pp.136-138.

RIBEIRO, Darcy; MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **A fundação do Brasil: testemunhos 1500-1700**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 1992.

SALVADOR, Vicente. **História do Brasil (1500-1627)**. São Paulo: Editores proprietários Weiszflo G irmãos, 1918.

SANTOS, C. A. **O colégio de Piratininga**: a influência da espiritualidade inaciana na Capitania de São Vicente. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

SANTOS, Filho. **Licurgo dos. História da medicina no Brasil**: do século XVI ao século XIX. v. I. São Paulo: Brasiliense, 1947.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores associados, 2011.

SOUSA, G. S. **Tratado descritivo do Brazil em 1587**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemment, 1851.

SOUTHEY, R. **História do Brasil**. v. III. São Paulo: Editora Atalaia, 1977.



STEENBERGHEN, F. V. **El Tomismo**. Ciudad del México: Publicaciones Cruz O, 1996.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. **Entre a Cruz e a Espada**: Jesuítas e a América Portuguesa. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1995.

"Theodor de Bry - **Ataque de Portugueses e Tupiniquins às Cabanas Tupinambás**". por Theodor de Bry - Scanned from MCM catalogue (1996). Licenciado sob Public domain, via Wikimedia Commons. Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Theodor\\_de\\_Bry\\_-\\_Ataque\\_de\\_Portugueses\\_e\\_Tupiniquins\\_%C3%A0s\\_Cabanas\\_Tupinamb%C3%A1s.jpg#mediaviewer/File:Theodor\\_de\\_Bry\\_Ataque\\_de\\_Portugueses\\_e\\_Tupiniquins\\_%C3%A0s\\_Cabanas\\_Tupinamb%C3%A1s.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Theodor_de_Bry_-_Ataque_de_Portugueses_e_Tupiniquins_%C3%A0s_Cabanas_Tupinamb%C3%A1s.jpg#mediaviewer/File:Theodor_de_Bry_Ataque_de_Portugueses_e_Tupiniquins_%C3%A0s_Cabanas_Tupinamb%C3%A1s.jpg)> Acesso em: 26 Set. 2014.

VILLAR, Pierre. **A transição do Feudalismo e ao Capitalismo**. 5<sup>o</sup> Ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2010.

WREGGE, S. R. O Colégio da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro e suas peculiaridades. **Anais da Universidade Federal da Paraíba** – João Pessoa – 31 Jul. a 03 Ago. 2012. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.40.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.40.pdf)> Acesso em: 01 jun. 2013.